



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 Processo Administrativo nº 25.19.000011810-7

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO EST.DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 31.027.527/0001-33, por meio do(a) Comissão Permanente de Licitação, sediado(a) PRAIA DE BOTAFOGO, 228, LOJAS 104/105/106/107/108/109 E 119 A,B,C, bairro BOTAFOGO, na cidade de RIO DE JANEIRO/RJ, CEP 22250040, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 19/06/2026
Hora Inicial : 10:00

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada para o provimento de solução de conectividade à Internet, abrangendo Link Principal e Link Redundante com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será formada por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?





2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#). Entretanto está sendo afastada a exclusividade prevista nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com fundamento nas hipóteses do art. 49 da mesma lei, conforme justificativa no anexo VI – justificativa para realização de licitação com participação ampla.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da [Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#) e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?





2.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1986, concorrendo entre si;

2.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4 e 2.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.8.4 e 2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.15. A vedação de que trata o item 2.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

Classificação da informação contida no documento (☒) Público (☐) Sigiloso (☐) Restrito | Qual restrição?





4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

Classificação da informação contida no documento (☒) Público (☐) Sigiloso (☐) Restrito | Qual restrição?





- 4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.5 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
- 4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?



4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item	Periodicidade
1	1 link de Internet PRINCIPAL de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS Distributed Denial of Service, com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 trinta e dois hosts.	Unitário
2	1 link de Internet REDUNDANTE de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS Distributed Denial of Service, com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 trinta e dois hosts.	Unitário

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a

Classificação da informação contida no documento (☒) Público (☐) Sigiloso (☐) Restrito | Qual restrição?



qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

Classificação da informação contida no documento (☒) Público (☐) Sigiloso (☐) Restrito | Qual restrição?



6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	1 link de Internet PRINCIPAL de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS Distributed Denial of Service, com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 trinta e dois hosts.	R\$ 50,00
2	1 link de Internet REDUNDANTE de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS Distributed Denial of Service, com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 trinta e dois hosts.	R\$ 50,00

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?



6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da [Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#), conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

6.19.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

6.19.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

6.19.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.19.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da [Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#).

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?





6.19.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 6.19.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.19.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 6.19.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 6.19.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 6.19.1.3 caso esse direito não seja exercido.

6.19.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.5. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.6. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.7. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

6.21.8. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2. empresas brasileiras;

6.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?





6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?



à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexecução, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações

Classificação da informação contida no documento (☒) Público (☐) Sigiloso (☐) Restrito | Qual restrição?

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?

indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?



Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10,00 %, (dez virgula zero) por cento, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas

Classificação da informação contida no documento (☒) Público (☐) Sigiloso (☐) Restrito | Qual restrição?



assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas , para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?



8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 15 (quinze) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 15 (quinze) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?



10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portal.cremerj.org.br/>

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANCÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?

- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.6. fraudar a licitação;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato lícitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.1.1. Data limite para envio de pedido de esclarecimento ou impugnação: 16/06/2026.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacoes@crm-rj.gov.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.cremerj.org.br/licitacoes/>

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 13.11.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;
- 13.11.3. ANEXO III – Relatório de Preços;
- 13.11.4. ANEXO IV – Minuta do Termo de Contrato;
- 13.11.5. ANEXO V – Modelo de Proposta;
- 13.11.6. ANEXO VI – Justificativa para realização de licitação com participação ampla.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2026

Letícia Duarte Alfradique da Cunha

Pregoeira

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?



ANEXO I

Termo de Referência

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição? CODIPAR



Sede: Praia de Botafogo, 228, loja 119b - Botafogo, CEP 22.250-145

cremerj.org.br



 [cremerjoficial/](https://www.instagram.com/cremerjoficial/)



 [Cremerj/](#)



 c/Cremerj



 [company/cremerj](https://www.linkedin.com/company/cremerj)



Central de Relacionamento: (21) 3184-7050



TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa especializada para o provimento de
solução de conectividade à Internet, abrangendo
Link Principal e Link Redundante

Tecnologia da Informação

Praia de Botafogo, 228 – Loja 119b Botafogo – Rio de Janeiro

CEP: 22250-145

novembro/2025



Conteúdo

1.	CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO	3
2	FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	5
3	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO	8
4	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	10
5	PAPÉIS E RESPONSABILIDADES.....	22
6	MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	24
7	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	28
8	CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.....	31
9	DO REAJUSTE	44
10	FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO	45
11	ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	51
12	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	51
13	DISPOSIÇÕES FINAIS	51





TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SOLUÇÃO DE LINKS DE INTERNET

PRINCIPAL E DE REDUNDANTE

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência visa à Contratação de empresa especializada para o provimento de solução de conectividade à Internet, abrangendo Link Principal e Link Redundante para o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro – CREMERJ, com meios físicos e rotas independentes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER/ CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE
01	1 link de Internet PRINCIPAL de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.	26506	Unidade	1
02	1 link de Internet REDUNDANTE de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.	26506	Unidade	1

1.1.1 A licitação será estruturada em dois lotes, conforme descrito abaixo:

- Lote 1 – Link Principal de Internet



- Lote 2 – Link Redundante de Internet

A contratação deverá resultar em enlaces providos por infraestruturas independentes, de forma a mitigar risco de indisponibilidade simultânea decorrente de falhas sistêmicas, lógicas ou físicas.

Caso um mesmo grupo econômico vença ambos os lotes, a contratação do segundo link fica condicionada à comprovação técnica documental de que não há compartilhamento de infraestrutura crítica (*backbone*, roteamento, *core* e cabos), sob pena de desclassificação.

A medida visa assegurar efetiva redundância e eliminação de ponto único de falha (*Single Point of Failure*), em conformidade com as boas práticas de continuidade de serviços críticos.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.1 O objeto da presente contratação enquadra-se como serviço comum, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que suas especificações técnicas são padronizáveis, amplamente ofertadas no mercado e passíveis de definição objetiva, não demandando soluções personalizadas ou desenvolvimento sob encomenda.

Os serviços de conectividade à Internet descritos neste Termo de Referência possuem características usuais de mercado, podendo ser comparados de forma objetiva por meio de parâmetros mensuráveis e verificáveis, tais como largura de banda, níveis mínimos de serviço (SLA), disponibilidade, latência, jitter, perda de pacotes, prazos de atendimento e condições de suporte técnico.

Como a avaliação das propostas poderá ser realizada com base em critérios objetivos e previamente definidos, assegurando isonomia entre os licitantes, competitividade do certame e julgamento impessoal, sendo desnecessária a análise de soluções técnicas complexas ou subjetivas, sendo assim a classificação do objeto como serviço comum mostra-se adequada e juridicamente amparada, permitindo a adoção de procedimento licitatório compatível com essa natureza, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.2 O objeto da presente contratação enquadra-se como serviço de natureza continuada, uma vez que consiste no provimento permanente e ininterrupto de conectividade à Internet, por meio de Link



Principal e Link Redundante, indispensável ao funcionamento regular das atividades administrativas, operacionais e institucionais deste órgão.

1.3 A interrupção ou descontinuidade do serviço comprometeria diretamente o acesso a sistemas corporativos, serviços essenciais, comunicação institucional e atendimento a sociedade médica e ao público, caracterizando a necessidade de sua manutenção contínua.

1.4 Dessa forma justifica-se a adoção de vigência contratual plurianual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se mostrar mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, assegurando maior estabilidade na prestação do serviço, redução de custos administrativos com sucessivas contratações e melhor planejamento orçamentário.

Prazo de Vigência

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 60 meses (5 anos) contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7 Havendo eventual divergência entre o CATSER/CATMAT e a descrição/especificação dos itens, prevalecerão estas últimas (prevalecerá o conteúdo deste Termo de Referência).

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação tem por objeto a aquisição de serviços de conexão dedicada à Internet, compreendendo link principal e link redundante, visando garantir a continuidade operacional das atividades desempenhadas pelo Órgão. Trata-se de infraestrutura essencial ao funcionamento dos sistemas corporativos, dos serviços digitais prestados à sociedade e do suporte às rotinas internas administrativas e finalísticas.

2.2 Atualmente, o Órgão dispõe de dois contratos vigentes de fornecimento de link de Internet, cujo vencimento encerra em setembro de 2026. Considerando que se trata de serviço contínuo, indispensável e ininterrupto, a interrupção abrupta da conectividade ocasionaria risco significativo às operações



institucionais, incluindo parada de sistemas críticos, indisponibilidade de serviços ao público, interrupção de comunicação entre unidades e prejuízos à segurança da informação.

2.3 Dessa forma, em observância ao princípio constitucional da continuidade do serviço público e reiterado nos entendimentos do TCU, bem como ao disposto na Lei nº 14.133/2021, impõe-se o planejamento antecipado para a realização de nova licitação, a fim de garantir que não haja descontinuidade entre o término dos contratos atuais e o início da vigência da futura contratação.

2.4 Ressalta-se que os serviços de conectividade compõem a infraestrutura tecnológica mínima para o funcionamento do Órgão, sustentando sistemas de informação, plataformas de atendimento externo, serviços eletrônicos, comunicação institucional, sistemas de fiscalização, sistemas financeiros, correio eletrônico, ambientes em nuvem e políticas de segurança cibernética. A ausência de redundância adequada elevaria substancialmente o risco de indisponibilidade, motivo pelo qual a contratação de dois links dedicados (principal e redundante) é medida necessária para mitigar falhas, indisponibilidades e garantir alta disponibilidade da rede.

2.5 Além disso, o ciclo atual de transformação digital da Administração Pública, aliado às diretrizes de segurança cibernética do Governo Federal e boas práticas internacionais (como ITIL, COBIT e ISO 27001), recomenda a existência de múltiplos pontos de acesso à Internet, com caminhos físicos e lógicos distintos, assegurando resiliência, continuidade e resposta a incidentes.

2.6 Considerando o encerramento iminente em setembro/2026 dos contratos vigentes atuais Nº 013/2021 e 014/2021 e a impossibilidade de prorrogação além dos limites legais, torna-se necessária a instauração de novo procedimento licitatório, com antecedência adequada, para contratação de serviços equivalentes ou superiores aos atualmente fornecidos, observando-se os requisitos técnicos atualizados e as demandas crescentes dos sistemas institucionais.

2.7 Assim, a fundamentação técnica e administrativa que justifica a contratação baseia-se nos seguintes pontos:

1. Serviço essencial, contínuo e estruturante, indispensável às atividades do Órgão.
2. Término dos contratos vigentes em setembro/2026, impossibilitando prorrogação além do limite legal.
3. Obrigatoriedade de nova licitação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.



4. Necessidade de garantir continuidade e disponibilidade, mitigando riscos através de link principal e redundante.
5. Crescimento da demanda por serviços digitais, ampliando a necessidade por banda, estabilidade e segurança.
6. Adequação às normas, boas práticas e recomendações de órgãos de controle.
7. Planejamento prévio da contratação, observando o ciclo orçamentário e os prazos legais do processo licitatório.
8. A instituição prevê a ampliação de projetos baseados em arquitetura de computação em nuvem (*cloud computing*), incluindo serviços de armazenamento e compartilhamento de arquivos (*fileserver* em nuvem), bem como aplicações corporativas acessadas remotamente;

2.8 A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro – CREMERJ e às diretrizes de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, estando compatível com os objetivos estratégicos do órgão. O objeto desta contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) vigente, nos termos da legislação aplicável, ou será oportunamente incluído e atualizado no referido instrumento, conforme os prazos e procedimentos normativos, não havendo impedimento para a continuidade do processo de contratação.

Diante do exposto, resta plenamente justificada a contratação de serviços dedicados de acesso à Internet, compreendendo link principal e redundante, mediante nova licitação, garantindo a continuidade, segurança e eficiência dos serviços tecnológicos prestados pelo Órgão, em conformidade com o arcabouço legal e os princípios da Administração Pública.

2.9 Objetivos a serem alcançados:

- Implantar e aperfeiçoar soluções efetivas de TIC orientadas às necessidades do negócio;
- Garantir a disponibilidade de sistemas e serviços essenciais às atividades administrativas, processuais e fiscalizatórias;
- Garantir a adequação e modernização da infraestrutura, sistemas e serviços de TIC.



3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A solução a ser contratada consiste no provimento de dois links dedicados de acesso à Internet, compostos por um link principal e um link redundante, ambos com capacidade de 500 Mbps e entregues por meio de infraestrutura física exclusiva, garantindo alta disponibilidade, desempenho consistente e estabilidade operacional para todos os sistemas institucionais do órgão.

3.2 A contratação contempla o fornecimento de bloco de endereçamento IP público fixo e roteável, com no mínimo 32 hosts, essencial para a operação de serviços que demandam acesso externo seguro e contínuo, tais como: integração entre sistemas, comunicação entre ambientes distribuídos, conexões VPN, servidores internos, soluções de trabalho remoto, serviços em nuvem e aplicações corporativas que dependem de identificação estável de rede.

3.3 A solução deverá disponibilizar dois enlaces independentes, aptos a operar em regime ativo/passivo ou ativo/ativo, sendo a configuração e operação dos mecanismos de *failover* de responsabilidade da CONTRATANTE.

3.4 A infraestrutura contratada deve contemplar, de forma integrada, os seguintes elementos mínimos:

- Capacidade dedicada e simétrica, assegurando que a banda contratada esteja disponível integralmente, sem compartilhamento com terceiros;
- Meios físicos distintos, sempre que tecnicamente possível, para aumento da resiliência contra falhas externas;
- Equipamentos necessários à ativação dos serviços, fornecidos, configurados e mantidos pela contratada;
- Monitoramento proativo, com identificação e tratamento de incidentes;
- Suporte técnico especializado 24 horas por dia, 7 dias por semana, com SLA definido;
- Gerência remota, para acompanhamento da performance e disponibilidade;
- Ativação, testes, homologação e documentação técnica da solução.

3.5 A solução deverá garantir performance adequada ao crescimento das demandas digitais do órgão, incluindo utilização intensiva de banda por sistemas corporativos, serviços eletrônicos, plataformas de



relacionamento com o cidadão, soluções de videoconferência, servidores internos, aplicações de missão crítica e ferramentas de comunicação institucional.

3.6 O conjunto de serviços a ser contratado visa atender integralmente às diretrizes de confiabilidade, integridade, disponibilidade e segurança da informação, assegurando conformidade com normas e boas práticas como ITIL, COBIT, Estratégia de Governo Digital, Política de Segurança da Informação e entendimentos do TCU referentes à continuidade de serviços essenciais.

3.7 Assim, a solução como um todo representa uma arquitetura de conectividade robusta, projetada para garantir funcionamento estável, mitigação de riscos, continuidade das operações tecnológicas e suporte às atividades essenciais do órgão, sem interrupções e com capacidade alinhada ao padrão de crescimento dos serviços públicos digitais.

3.8. O Link Principal e o Link Redundante deverão possuir independência física e operacional, não sendo admitido compartilhamento de infraestrutura de última milha ou de qualquer elemento que configure ponto único de falha no trecho de acesso às dependências do órgão.

3.8.1. Considera-se último enlace (*last mile*) o segmento de rede compreendido entre a infraestrutura da contratada e o ponto de entrega do serviço nas instalações do órgão.

3.8.2 A redundância deverá ser efetiva, assegurando que a falha de um fornecedor ou do último enlace (*last mile*), no ponto de acesso às dependências do órgão, não comprometa simultaneamente ambos os links.

3.8.3 Para fins deste Termo de Referência, considera-se Link Redundante o enlace de conectividade adicional ao link principal, provido por infraestrutura física e lógica independente, destinado primordialmente a assegurar a continuidade do serviço em situações de falha, degradação ou indisponibilidade do link principal, podendo ser utilizado de forma ativa também, conforme política de rede da Contratante, sem descaracterizar sua finalidade de contingência.

3.9 Bens e Serviços que compõem a solução:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER/CAT MAT	UNIDADE	QUANTIDADE
------	-------------------------	-------------------	---------	------------



01	1 link de Internet PRINCIPAL de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.	26506	Unidade	1
02	1 link de Internet REDUNDANTE de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.	26506	Unidade	1

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 REQUISITOS DE NEGÓCIO

4.1.1 Contratação de 02 (dois) links de acesso dedicado à Internet, sendo:

a) **01 (um) Link Principal** de 500 Mbps (download e upload), com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service), com bloco de endereçamento IP público contínuo e roteável de, no mínimo, 32 (trinta e dois) hosts;

b) **01 (um) Link Redundante** de 500 Mbps (download e upload), com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service), com bloco de endereçamento IP público contínuo e roteável de, no mínimo, 32 (trinta e dois) hosts;

Ambos os links deverão ser entregues na sede do **Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro – CREMERJ**, localizado na Praia de Botafogo, 228 loja 119b no Rio de Janeiro conforme as condições, prazos e exigências estabelecidas neste instrumento.

4.2 REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO



4.2.1 Não há necessidade de capacitação específica para os usuários, uma vez que o serviço de internet será operado pela equipe técnica do CREMERJ.

4.3 REQUISITOS LEGAIS

4.3.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal de 1988, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, e à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis; Lei 9.609/1998 - Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências;

4.4 REQUISITOS DE MANUTENÇÃO

4.4.1 A CONTRATADA deverá garantir a manutenção contínua do serviço de conectividade, com suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana, e prazo máximo de 4 (quatro) horas para início do atendimento em caso de falhas.

4.4.2 A CONTRATADA deverá manter o serviço com disponibilidade mínima (*SLA – Service Level Agreement*) de 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento) mensal, comprovável por relatórios técnicos.

4.5 REQUISITOS TEMPORAIS

4.5.1 A reunião inicial deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato.

4.5.2 Os links de Internet deverão ser instalados e plenamente operacionais em até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do Contrato.

4.5.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.



4.5.4 Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.6 REQUISITOS DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE

4.6.1 A execução do objeto deverá observar integralmente a Política de Segurança da Informação do CREMERJ, bem como as normas e diretrizes internas correlatas, garantindo a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade das informações trafegadas.

4.6.2 A Contratada deverá atuar em conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), responsabilizando-se pelo tratamento adequado de dados pessoais eventualmente envolvidos na prestação dos serviços, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, incidentes de segurança ou uso indevido.

4.7 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADES SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

4.7.1 A CONTRATADA deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais, como o uso de equipamentos energeticamente eficientes e descarte adequado de cabos e materiais de instalação.

4.8 REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA

4.8.1 A solução a ser contratada deverá ser estruturada de forma a assegurar alta disponibilidade, estabilidade operacional, previsibilidade de desempenho e capacidade adequada de transmissão de dados, compatíveis com a criticidade dos serviços institucionais suportados pelo CREMERJ, que demandam conectividade contínua, estável e livre de variações decorrentes de interferências externas.

4.8.2 Para atendimento integral aos requisitos de estabilidade, previsibilidade de desempenho e mitigação de riscos de indisponibilidade decorrentes de interferências eletromagnéticas, climáticas ou de compartilhamento de meio, o serviço deverá ser provido por infraestrutura física terrestre cabeada em fibra óptica dedicada, com enlace contínuo entre o ponto de entrega



nas dependências da Contratante e a rede da Contratada, não sendo admitidas soluções baseadas em rádio, satélite, micro-ondas ou quaisquer tecnologias sem fio, ainda que utilizadas parcialmente.

4.8.3 O enlace deverá ser entregue em meio físico dedicado, compatível com a infraestrutura de rede existente do CREMERJ, permitindo integração direta com os equipamentos de segurança e roteamento atualmente em operação, tais como firewalls e roteadores, sem a necessidade de adaptações estruturais relevantes ou dependência de equipamentos intermediários de terceiros.

4.8.4 Ainda que existam tecnologias capazes de atingir níveis pontuais de desempenho semelhantes aos aqui exigidos, à opção por infraestrutura física cabeada em fibra óptica dedicada fundamenta-se na menor exposição a fatores externos não controláveis contratualmente, tais como interferências eletromagnéticas, condições climáticas adversas, variabilidade de espectro, compartilhamento de meio e instabilidades inerentes a enlaces sem fio. Tais fatores elevam o risco operacional e comprometem a previsibilidade do desempenho ao longo do tempo, o que é incompatível com a criticidade dos serviços suportados pelo CREMERJ.

4.9 REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO

4.9.1 A CONTRATADA deverá apresentar projeto técnico detalhado de implantação, contendo informações sobre a rota física, equipamentos utilizados e parâmetros de rede.

4.10 REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO

4.10.1 A implantação deverá incluir os testes de desempenho e conectividade, entrega de relatório técnico final e validação do serviço pela equipe de TI do CREMERJ.

4.11 REQUISITOS DE GARANTIA E MANUTENÇÃO

4.11.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações, além da garantia fornecida pelo fabricante.



4.11.2 Durante todo o período contratual, a CONTRATADA deverá garantir a continuidade, estabilidade e qualidade do serviço, com reposição imediata de equipamentos que apresentem falhas e monitoramento proativo do link.

4.12 REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

4.12.1 Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação, desde que a CONTRATADA possua equipe técnica qualificada e apta a realizar a instalação, manutenção e suporte do serviço conforme as especificações deste Termo de Referência.

4.13 REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE

4.13.1 Não serão exigidos requisitos de experiência profissional, qualificação técnica e formação acadêmica para a presente contratação, além das habilitações legais previstas para prestadoras de serviço de telecomunicações autorizadas pela ANATEL.

4.14 REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

4.14.1 A ativação do serviço estará condicionada ao recebimento pela CONTRATADA de Ordem de Serviço (OS) emitida pela CONTRATANTE.

4.14.2 A OS indicará o tipo de link (principal ou redundante), o local de instalação e as configurações necessárias.

4.14.3 A instalação e configuração dos links deverão ser acompanhadas pela equipe técnica da CONTRATADA, com ciência e validação da CONTRATANTE.

4.14.4 O fornecimento dos equipamentos e materiais necessários deverá ocorrer de forma física no local indicado pela CONTRATANTE, mediante conferência e aceite técnico.

4.15 REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE



4.15.1 No que couber, o CREMERJ, a futura Contratada e seus eventuais provedores de serviço diretamente envolvidos nesta aquisição deverão se comprometer a proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, atuando de forma que:

4.15.1.1 Em consonância com a Política de Segurança da Informação do CREMERJ, o tratamento das informações pessoais deve considerar o respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais, conforme o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

4.16 REQUISITOS DE GARANTIA CONTRATUAL

4.16.1 Não haverá exigência de garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que não haverá pagamento antecipado pelos produtos.

4.16.2 A CONTRATADA, entretanto, deverá assegurar a qualidade e continuidade do serviço durante toda a vigência contratual, com reposição imediata de equipamentos e suporte técnico conforme previsto.

4.17 DA VISTORIA PARA LICITAÇÃO

4.17.1 A realização de vistoria técnica não é obrigatória, ficando a critério da licitante avaliar a necessidade de visita aos locais de instalação dos links de internet, com o objetivo de conhecer as condições de infraestrutura existentes e aferir a viabilidade técnica da solução ofertada.

4.17.2 As informações constantes neste Termo de Referência são consideradas suficientes para a elaboração das propostas, cabendo à licitante, contudo, a responsabilidade por eventuais verificações adicionais que julgar necessárias.

4.17.3 A não realização de vistoria não poderá ser alegada, em nenhuma hipótese, como justificativa para o descumprimento das obrigações contratuais ou para pedidos de reajuste,



aditivos ou reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de desconhecimento das condições locais.

4.18 DEMAIS REQUISITOS APLICÁVEIS

4.18.1 Não foram vislumbrados outros requisitos aplicáveis.

4.19 SUSTENTABILIDADE

4.19.1 A contratação do serviço de conectividade à internet pode envolver, de forma pontual, a geração de resíduos decorrentes da instalação, manutenção ou substituição de equipamentos e materiais, tais como cabos, conectores e dispositivos eventualmente defeituosos ou inservíveis. Nesses casos, deverá ser observada, pela contratada, a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), priorizando práticas de reutilização, reciclagem ou descarte ambientalmente correto, quando aplicável. Adicionalmente, a solução contribui para a sustentabilidade ao possibilitar a ampliação do uso de meios digitais, reduzindo o consumo de papel, a necessidade de deslocamentos físicos e o impacto ambiental associado às atividades administrativas presenciais, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e do desenvolvimento sustentável.

4.19.2 Não haverá exigência de Carta de Solidariedade.

4.20 DA SUBCONTRATAÇÃO

4.20.1. A contratação deverá resultar em enlaces providos por infraestruturas independentes, de forma a mitigar riscos de indisponibilidade simultânea decorrente de falhas sistêmicas, lógicas ou físicas.

4.20.2. É vedada a subcontratação do objeto, permitindo-se exclusivamente a locação de infraestrutura passiva de terceiros (como dutos e postes), permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela fibra óptica (iluminação própria), roteamento, trânsito IP e mitigação de ataques DDoS.



4.20.3. Não será admitida a subcontratação de serviços de conectividade ou transporte de terceiros, devendo a CONTRATADA deter o controle operacional ponta a ponta.

4.20.4. Para fins de garantia da redundância, os enlaces **não poderão compartilhar o mesmo cabo óptico ou par de fibras**, devendo ser utilizados cabos físicos distintos para cada lote.

4.20.5. As rotas externas de última milha deverão buscar a máxima divergência física até o ponto de entrada comum nas dependências da CONTRATANTE.

- No trecho final de acesso (entrada única no imóvel), os cabos físicos de cada lote deverão ser identificados individualmente.
- Caso um mesmo grupo econômico participe de ambos os lotes, deverá comprovar a independência plena de backbones e Sistemas Autônomos (AS), garantindo que falhas lógicas em uma rede não afetem a outra.
- A CONTRATADA deverá garantir a utilização de fibras ópticas em cabos físicos separados desde o último PoP (Ponto de Presença) até a entrada da CONTRATANTE. Fica vedado o uso de um mesmo cabo multifibras, garantindo-se que qualquer falha lógica ou física em um dos enlaces não resulte na indisponibilidade simultânea do outro.

4.20 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA DIMENSIONAMENTO E/OU APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.20.1 A demanda do CREMERJ tem por base as características mencionadas nos Estudos Técnicos Preliminares e neste Termo de Referência.

4.21 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E QUANTITATIVA

4.22.1 ITEM 01 – Link de Internet Principal (500 Mbps)

4.22.1.1 Link dedicado de acesso à Internet, entregue em banda simétrica de 500 Mbps (upload e download), com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service), com capacidade garantida integral (CIR = 100%) no enlace de acesso (*last mile*), assegurando disponibilidade integral da banda contratada nesse trecho.



4.22.1.2 Bloco de endereçamento IP público fixo, contínuo e totalmente roteável, equivalente a um prefixo mínimo /27, contendo 32 endereços IPv4 totais, dos quais 30 são utilizáveis, com suporte além do IPv4 ao IPv6. No caso do IPv6 deve ser mantida a correspondência na quantidade de endereços totais garantindo a compatibilidade com a operação de serviços internos, VPNs, integrações de sistemas, servidores e aplicações externas.

4.22.1.3 Disponibilidade mínima mensal de 99,5%, apurada com base em medições contínuas do serviço, com apresentação de relatórios mensais contendo *uptime*, *downtime*, eventos críticos e intervenções realizadas.

4.22.1.4 O serviço deverá atender aos seguintes parâmetros de desempenho, medidos em média mensal, considerando o ponto de entrega do link até pontos de troca de tráfego nacionais. Os parâmetros definidos refletem níveis usuais de qualidade adotados em contratações públicas e privadas para serviços de conectividade à Internet corporativa, não configurando exigência de desempenho excepcional:

- Latência média: até 50 ms, medida entre o ponto de entrega do serviço (CPE) nas dependências da Contratante e o backbone IP da operadora ou Pontos de Troca de Tráfego (PTT) nacionais, em condições normais de operação.;
- Jitter máximo de 20 ms;
- Perda de pacotes inferior a 1%.

4.22.1.5 Fornecimento, instalação, configuração e manutenção de todos os equipamentos necessários à ativação do link, incluindo, conforme a tecnologia empregada:

- roteadores;
- ONT/ONU;
- conversores ópticos;
- CPEs;
- fontes redundantes, quando aplicável.

Os equipamentos permanecerão sob-responsabilidade da contratada.

4.22.1.6 Suporte técnico 24x7x365, com:



- tempo máximo de resposta de até 4 (quatro) horas para incidentes críticos;
- tempo máximo de resposta de até 8 (oito) horas para incidentes de menor impacto.

4.22.1.7 A solução deverá observar os requisitos de arquitetura tecnológica estabelecidos no item 4.8.1, assegurando elevada disponibilidade, estabilidade, baixa latência e elevada capacidade de transmissão de dados, compatíveis com a criticidade dos serviços suportados pelo órgão.

4.22.1.8 Monitoramento proativo da interface de entrega do serviço e do circuito, com geração de relatórios mensais contendo:

- curva de utilização de banda;
- histórico de latência e jitter;
- incidentes registrados;
- disponibilidade mensal apurada.

4.22.1.9 A contratada deverá fornecer documentação técnica da solução, incluindo:

- diagrama lógico da ativação;
- descrição dos equipamentos fornecidos;
- rotas de acesso;
- procedimentos de escalonamento de atendimento.

4.22.1.10 Prover serviço de mitigação de ataques de negação de serviço (DoS – Denial of Service) e negação de serviço distribuído (DDoS – Distributed Denial of Service) para o link de conexão à Internet.

4.22.1.11 Ser monitorado em regime 24x7 por centro de monitoração da CONTRATADA, sendo responsável pela administração e gerência de equipamentos e links de comunicação de dados, manutenção dos níveis mínimos de serviços exigidos e prevenção e recuperação de falhas de serviço;

4.22.1.12 Disponibilizar informações sobre os níveis serviços de acesso à internet por meio de um portal de monitoramento, com acesso restrito, utilizando protocolo seguro (HTTPS), contendo estatísticas de desempenho e de disponibilidade do acesso;



4.22.1.13 Possibilitar que a equipe técnica da CONTRATANTE realize consultas no portal de monitoramento, bem como visualize relatórios das informações de desempenho dos serviços contratados;

4.22.2 ITEM 02 – Link de Internet Redundante (500 Mbps)

4.22.2.1 Link dedicado de acesso à Internet, entregue em banda simétrica de 500 Mbps (upload e download), com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service), com capacidade garantida integral (CIR = 100%) no enlace de acesso (*last mile*).

4.22.2.2 Bloco de endereçamento IP público fixo, contínuo e totalmente roteável, equivalente a um prefixo mínimo /27, contendo 32 endereços IPv4 totais, dos quais 30 são utilizáveis, com suporte além do IPv4 ao IPv6. No caso do IPv6 deve ser mantida a correspondência na quantidade de endereços totais garantindo a compatibilidade com a operação de serviços internos, VPNs, integrações de sistemas, servidores e aplicações externas.

4.22.2.3 Conexão independente do link principal, preferencialmente utilizando rotas físicas, infraestrutura e Sistemas Autônomos (AS) distintos, de modo a ampliar a resiliência e mitigar falhas simultâneas.

4.22.2.4 Disponibilidade mínima mensal de 99,5%.

4.22.2.5 O link redundante deverá atender aos seguintes parâmetros de desempenho, medidos em média mensais. Os parâmetros definidos refletem níveis usuais de qualidade adotados em contratações públicas e privadas para serviços de conectividade à Internet corporativa, não configurando exigência de desempenho excepcional:

- Latência média igual ou inferior a 50 ms;
- Jitter máximo de 20 ms;
- Perda de pacotes inferior a 1%.

4.22.2.6 A contratada deverá fornecer os equipamentos necessários à ativação do link, não sendo responsável pela configuração, gerenciamento ou operação de mecanismos de failover. O controle e a lógica de comutação entre os links serão realizados exclusivamente pela infraestrutura de rede do órgão contratante.



4.22.2.7 Suporte técnico 24x7x365, com tempo máximo de resposta de até 4 (quatro) horas para incidentes críticos.

4.22.2.8 A solução deverá observar os requisitos de arquitetura tecnológica estabelecidos no item 4.8.1, assegurando elevada disponibilidade, estabilidade, baixa latência e elevada capacidade de transmissão de dados, compatíveis com a criticidade dos serviços suportados pelo órgão, devendo garantir independência operacional em relação ao link principal.

4.22.2.9 Prover serviço de mitigação de ataques de negação de serviço (DoS – Denial of Service) e negação de serviço distribuído (DDoS – Distributed Denial of Service) para o link de conexão à Internet.

4.22.2.10 Ser monitorado em regime 24x7 por centro de monitoração da CONTRATADA, sendo responsável pela administração e gerência de equipamentos e links de comunicação de dados, manutenção dos níveis mínimos de serviços exigidos e prevenção e recuperação de falhas de serviço;

4.22.2.11 Disponibilizar informações sobre os níveis serviços de acesso à internet por meio de um portal de monitoramento, com acesso restrito, utilizando protocolo seguro (HTTPS), contendo estatísticas de desempenho e de disponibilidade do acesso;

4.22.2.12 Possibilitar que a equipe técnica da CONTRATANTE realize consultas no portal de monitoramento, bem como visualize relatórios das informações de desempenho dos serviços contratados;

4.22.2.13 Embora classificado como link redundante, o respectivo circuito poderá ser utilizado de forma ativa, inclusive para encaminhamento parcial ou total de tráfego de dados, sempre que tecnicamente adequado e conforme a política de rede definida pela Contratante. A utilização do link redundante para fins de balanceamento de carga, otimização de desempenho e melhor aproveitamento do recurso contratado não descaracteriza sua finalidade principal, desde que mantida sua independência física e lógica em relação ao link principal, assegurando sua plena capacidade de assumir integralmente o tráfego em caso de indisponibilidade deste. Tal prática visa evitar a ociosidade de recurso público contratado, promovendo a eficiência, a



economicidade e a continuidade dos serviços essenciais, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública.

4.22 DOS PRODUTOS

4.23.1 O serviço deverá ser entregue totalmente operacional e homologado pela equipe técnica do CREMERJ.

4.23.2 Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos, certificados e compatíveis com as normas da ANATEL.

4.23.3 Não serão aceitos equipamentos recondicionados, usados ou sem certificação.

4.23.4 Durante o período de vigência contratual, quaisquer falhas ou indisponibilidades deverão ser sanadas pela CONTRATADA sem ônus adicional à CONTRATANTE.

4.23.5 A CONTRATADA deverá apresentar relatórios técnicos mensais de disponibilidade e desempenho do serviço.

5 PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1.1 Nomear Gestor e Fiscal Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

5.1.2 Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, conforme os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

5.1.3 Receber o objeto fornecido pela contratada em conformidade com a proposta aceita, mediante inspeções e verificações realizadas.

5.1.4 Aplicar à contratada as sanções administrativas, regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável.



5.1.5 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato.

5.1.6 Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução do Setor de Tecnologia da Informação.

5.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.2.1 Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.1.1 Na hipótese de afastamento do preposto definitivamente ou temporariamente, a CONTRATADA deverá comunicar ao gestor do contrato por escrito o nome e a forma de comunicação de seu substituto até o fim do próximo dia útil.

5.2.2 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3 Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4 Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas às causas e justificativas desta decisão;

5.2.5 Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6 Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução do Setor da Tecnologia da Informação;

5.2.7 Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução do Setor da Tecnologia da Informação durante a execução do contrato;

5.2.8 Fazer a transição contratual, quando for o caso;



5.2.9 Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 ATIVIDADES DE INÍCIO DO CONTRATO

6.1.1 ENTREGA DOS PRODUTOS

6.1.1.1 A CONTRATADA deverá realizar a instalação, ativação e disponibilização dos links de Internet principal e redundante, conforme especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

6.1.1.2 A entrega será considerada concluída após a homologação técnica e o aceite formal pela CONTRATANTE, mediante testes de conectividade, desempenho e disponibilidade.

6.1.1.3 Todos os equipamentos e materiais necessários à instalação deverão ser entregues fisicamente no endereço indicado pela contratante, em perfeito estado de funcionamento e devidamente certificados pela ANATEL. Inclui-se no escopo também o fornecimento do *golden jumper* devidamente conectorizado, testado e compatível com os equipamentos instalados, necessário à interligação entre o ponto de entrega da operadora e o equipamento da contratante.

6.1.1.4 Proteção Contra Ataques Distribuídos de Negação de Serviço (anti-DDoS):

a) Os circuitos deverão possuir proteção contra ataques distribuídos de negação de serviço (DDoS na sigla em inglês) que atendam aos seguintes requisitos: Proteção contra ataques de Volumes Massivos; Proteção contra ataques do tipo Exaustão de Recursos; Monitoramento contínuo do tráfego, com identificação automática de anomalias;

b) A solução deve possuir a capacidade de criar e analisar a reputação de endereços IP, possuindo base de informações própria, gerada durante a filtragem de ataques, e interligada com os principais centros mundiais de avaliação de reputação de endereços IP;

c) A CONTRATADA deve possuir ao menos 1 (um) centro de limpeza, com capacidade mínima de mitigação superior à banda contratada;

d) A mitigação deverá perdurar enquanto o ataque estiver ativo;



- e) Caso o volume de tráfego do ataque ultrapasse as capacidades de mitigação especificadas ou sature as conexões do AS, devem ser tomadas contramedidas tais como aquelas que permitam o bloqueio seletivo por blocos de IP de origem no AS pelo qual o ataque esteja ocorrendo, utilizando técnicas como *Remote Triggered Black Hole* (contramedida extrema);
- f) As soluções de detecção e mitigação devem possuir serviço de atualização de assinaturas de ataques;
- g) A CONTRATADA deve disponibilizar um Centro Operacional de Segurança (ou SOC – Security Operations Center), com equipe especializada em monitoramento, detecção e mitigação de ataques, com opção de atendimento através de telefone 0800, correio eletrônico, em idioma português brasileiro, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual;
- h) As funcionalidades de monitoramento, detecção e mitigação de ataques devem ser mantidas em operação ininterrupta durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual;
- i) Não será admitida como solução exclusiva a aplicação de filtros estáticos ou bloqueios manuais em roteadores de borda sem mecanismo estruturado de detecção e mitigação automatizada;
- j) A CONTRATADA deve realizar a detecção de ataques de forma automática em até 15 (quinze) minutos;
- k) A mitigação deverá ocorrer mediante desvio do tráfego suspeito para ambiente de limpeza (*scrubbing center*), com filtragem do tráfego malicioso e devolução do tráfego legítimo ao enlace da CONTRATANTE, sem degradação significativa da latência ou desempenho.
- l) As ocorrências de tais ataques devem ser reportadas mensalmente á CONTRATANTE, indicando a data e hora do início do ataque, data e hora do início de atuação para eliminação ou mitigação do mesmo e data e hora do término do ataque (todos os horários seguem o horário de Brasília), se possível, o IP (ou IPs) dos geradores do ataque também devem constar do mesmo relatório;



m) A CONTRATADA deverá disponibilizar, através de interface web segura (https), um serviço de monitoramento para acompanhamento do tráfego, visualização de alertas, dos ataques em curso, do processo de mitigação e emissão de relatórios sobre as mesmas.

6.1.2 REPASSE DE CONHECIMENTO PARA A CONTRATADA

6.1.2.1 Transferência de Conhecimento e Transição Contratual

Não se aplica a realização de transferência formal de conhecimento ou procedimentos específicos de transição e finalização contratual, uma vez que o objeto desta contratação consiste no provimento de serviço de conectividade à Internet, cuja operação, gestão e administração da infraestrutura interna de rede permanecem sob responsabilidade da equipe técnica da Contratante. Eventuais orientações técnicas necessárias à ativação inicial do serviço e ao suporte operacional serão prestadas pela Contratada durante a fase de implantação, sem caracterizar obrigação de capacitação ou transferência estruturada de conhecimento.

6.1.3 DISPONIBILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA A CONTRATADA

6.1.3.1 A CONTRATANTE disponibilizará apenas o espaço físico necessário para a instalação dos equipamentos de rede, bem como acesso à energia elétrica e às dependências.

6.1.4 LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1.4.1 A instalação será na Praia de Botafogo, 228 loja 119b em Botafogo, Rio de Janeiro.

6.1.4.2 Mediante agendamento prévio, podendo ocorrer fora do horário do expediente (9h às 18h) e/ou final de semana, se houver risco a disponibilidade dos serviços.

6.2 ROTINAS DE EXECUÇÃO

6.2.1 QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS PARA COMPARAÇÃO E CONTROLE

6.2.1.1 A quantidade de bens para comparação e controle serão as quantidades indicadas na(s) Ordem(ns) de Serviço e descrita nesse termo.

6.2.2 MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO



6.2.2.1 São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:

6.2.2.1.1 Ordem de Serviço (OS);

6.2.2.1.2 Ata de Reunião;

6.2.2.1.3 Ofício;

6.2.2.1.4 E-mail.

6.2.2.2 As demandas serão formalizadas por meio de Ordem de Serviços.

6.2.3 FORMA DE PAGAMENTO

6.2.3.1 Os critérios de medição e pagamento dos produtos fornecidos serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

6.2.3.2 Desconto por interrupção: Para cada interrupção do circuito que for comprovadamente de responsabilidade da CONTRATADA, será calculado um desconto referente ao tempo de interrupção desse circuito, cujo valor apurado será ressarcido à CONTRATANTE na Nota Fiscal/Fatura dos serviços com vencimento no mês seguinte ao da apuração;

O valor do desconto será obtido a partir do seguinte cálculo:

$VD = (VC / 43200) \times n$, onde:

- VD = Valor do Desconto
- VC = Valor mensal pago pelo circuito ativo
- n = Quantidade de minutos, em que o serviço ficou interrompido.

6.2.4 MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

6.2.4.1 A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.



6.1.5 DO ENCERRAMENTO OU TRANSIÇÃO CONTRATUAL

6.1.5.1 A CONTRATADA deverá assegurar que, em caso de encerramento contratual ou substituição de fornecedor, todos os equipamentos de sua propriedade sejam removidos sem causar interrupção dos serviços, até a efetiva transição para novo provedor.

6.1.5.2 Durante o processo de transição, a CONTRATADA deverá manter a operação dos links até o momento em que o novo fornecedor esteja totalmente homologado, evitando descontinuidade no acesso à Internet.

6.1.5.3 Todos os endereços IP, credenciais e configurações de rede utilizadas deverão ser devidamente documentadas e entregues à CONTRATANTE, mediante Termo de Encerramento Contratual.

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

FISCALIZAÇÃO

7.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA



7.6 O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.6.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.6.2 Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.6.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.6.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V). O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.7 O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal



administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

GESTOR DO CONTRATO

7.8 O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.8.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.8.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.8.3 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.9 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).



7.10 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.11 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.12 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

8.1.1 A aceitação dos serviços estará condicionada à comprovação da ativação e operação regular do Link Principal e do Link Redundante, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta comercial.

8.1.2. A prestação do serviço será considerada aceita mediante a comprovação de que os links entregam os parâmetros mínimos de desempenho contratados, especialmente:

- largura de banda;
- disponibilidade;
- latência;
- jitter e
- perda de pacotes, conforme os níveis de serviço (SLA) definidos neste Termo de Referência.

8.1.3 A aceitação do serviço estará condicionada à comprovação de que os links contratados, utilizam últimos enlaces independentes, mediante documentação técnica e verificação pela fiscalização.

8.2 PROCEDIMENTOS DE TESTE E INSPEÇÃO



8.2.1. A fiscalização do contrato realizará testes periódicos de desempenho dos links, utilizando ferramentas de medição amplamente reconhecidas no mercado, tais como aplicações de verificação de velocidade, latência e estabilidade da conexão, podendo incluir, entre outras:

- medidores de velocidade (semelhante a *simet* ou do tipo *speed test...*);
- ferramenta de monitoria (Zabbix utilizado pela Contratada);
- ferramentas de monitoramento de rede;
- relatórios técnicos disponibilizados pela contratada.

8.2.2. Os testes poderão ser realizados em diferentes períodos do dia, inclusive em horários de pico, a fim de verificar a aderência contínua aos parâmetros contratados.

8.2.3. O pagamento mensal ficará condicionado à comprovação, a entrega de relatórios da Contratada com o tráfego utilizado no decorrer do mês, bem como de que os níveis mínimos de serviço contratados foram atendidos no período de medição.

8.3 PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

8.3.1 Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

8.3.1.1 Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.3.1.2 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução do Setor da Tecnologia da Informação, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.3.2 O atraso injustificado na entrega do objeto ensejará o desconto de 0,50% (zero virgula cinquenta pontos percentuais), por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida, limitado a 5 (cinco) dias úteis de atraso.

8.3.3 Após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, verificado o atraso, o Gestor notificará a empresa, no momento de autorização de emissão da Nota Fiscal, a fazer o ajuste no



valor da cobrança.

8.3.4 O atraso superior a 05 (cinco) dias úteis ensejará a aplicações das Sanções Administrativas previstas neste Termo de Referência.

8.3.5 O CONTRATANTE efetuará aferições para verificação da adequação do serviço, através da ferramenta “Zabbix” ou similar mantida pelo próprio CONTRATANTE.

8.3.5.1 A verificação do índice de disponibilidade mensal será realizada através da seguinte fórmula: $D = [(Tm - Ti)/Tm] * 100$, onde: D = Índice de Disponibilidade Mensal dos serviços, em percentual; Tm = Tempo total Mensal de operação, em minutos, no mês de faturamento; Ti = somatório dos períodos de Indisponibilidades dos serviços, em minutos, no mês de faturamento. O índice de disponibilidade mensal orientará o desconto no valor da fatura mensal. A cada 0,1% (um décimo de por cento) abaixo da disponibilidade mensal mínima, implicará desconto correspondente a 1% (um por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito afetado e caracterizado como adequação no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis.

8.3.5.2 Para o cálculo da indisponibilidade, o tempo total mensal será calculado a partir do total de dias da prestação do serviço no mês aferido vezes 1440 minutos.

8.3.5.3 Os descontos serão cumulativos dentro de cada mês e não excederão a 100% (cem por cento) do valor mensal contratado.

8.4 NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS

8.4.1 O Nível Mínimo de Serviço para esta contratação trata-se do prazo de entrega e ativação do link.

8.4.2 O prazo de entrega é de até 30 dias contados a partir da assinatura do contrato.

8.5 RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.5.1 O recebimento provisório se dará mediante confecção e assinatura do Termo de Recebimento Provisório, a cargo do Fiscal Técnico do Contrato, quando da entrega do objeto



constante na Ordem de Serviço (OS) ou Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), ocorrerá em até 02 (dois) dias úteis;

8.5.1.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.5.1.1.1 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.1.1.2 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.1.1.3 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.5.2 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.5.2.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.5.3 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.5.4 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que



sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

- 8.5.5** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.5.6** Os bens ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.5.7** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.5.8** Em caso de verificação de desconformidade será dado encaminhamento das demandas de correção à contratada, a cargo do Gestor do Contrato ou, por delegação de competência, de membro da Equipe de Fiscalização do Contrato;
- 8.5.9** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)
- 8.5.10** Os bens ou serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- 8.5.10.1** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).



- 8.5.10.2** Avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, a partir da aplicação dos procedimentos de teste e inspeção, de acordo com os critérios de aceitação e dos níveis mínimos de serviço exigidos, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;
- 8.5.10.3** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 8.5.10.4** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 8.5.10.5** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- 8.5.10.6** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 8.5.10.7** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.5.11** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.5.12** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 8.5.13** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato nem pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em



qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

8.6 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.6.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

8.6.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

8.6.1.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.6.1.2 Der causa à inexecução total do contrato;

8.6.1.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

8.6.1.4 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

8.6.1.5 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.6.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.6.1.7 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.6.2 Nos termos do art. 162 da Lei 14.133/2021, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, prevista nos demais itens, garantida a prévia defesa.

8.6.3 Nos termos do art. 156 da Lei 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.6.3.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



8.6.3.2 Atraso injustificado, superior a 5 (cinco) dias, na entrega dos produtos ou no início da execução da ordem de serviço ou na finalização da execução da OS, limitada à incidência de 15 (quinze) dias de atraso. No caso de atraso superior a este período será aplicada a multa moratória prevista no item 8.6.3.4.1, por todo o período de atraso;

8.6.3.3 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 8.6.1.2, 8.6.1.3 e 8.6.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.6.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 8.6.1.5, 8.6.1.6, 8.6.1.7 e 8.6.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas 8.6.1.2, 8.6.1.3 e 8.6.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.6.3.5 Multa:

8.6.3.5.1 Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso superior a 15 dias (quinze) dias injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (trinta) dias. O atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato;

8.6.3.5.2 O valor máximo da multa será equivalente a 30 (trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar do item 8.6.3.2., podendo, à critério da administração, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

8.6.3.5.3 Compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.6.3.5.4 Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.6.3.5.5 Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA;



8.6.3.5.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

8.6.4 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.6.5 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.6.5.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.6.5.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.6.5.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.6.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.6.7 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

8.6.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.6.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

8.6.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.6.7.4 Os danos que dela provierem para o Contratante;



- 8.6.7.5** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.6.8** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 8.6.9** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.6.10** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 8.6.11** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 8.6.12** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



8.6.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.7 LIQUIDAÇÃO

8.7.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.7.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.7.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.7.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.7.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.



8.7.5 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.7.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.7.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.7.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.7.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.8 PRAZO DE PAGAMENTO

8.8.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 7º, inciso II da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.8.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** de correção monetária.

8.9 FORMA DE PAGAMENTO



8.9.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

8.9.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.9.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.9.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.9.3.2 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.10 CESSÃO DE CRÉDITO

8.10.1 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.10.2 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.10.3 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.



8.10.4 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.10.5 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9 DO REAJUSTE

9.1 Os preços são fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Em caso de renovação, o preço contratado poderá sofrer reajuste, aplicando-se Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/icti/>), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade contada da data da assinatura do contrato.

9.3. O reajuste será calculado considerando, no máximo, a variação do índice acumulado desde a apresentação da proposta de preços ou do último reajuste concedido.

9.4. Será admitida, ainda, a livre negociação entre os contratantes, sempre no sentido de se obter preço mais vantajoso para a Administração, em atenção aos princípios da eficiência e da economicidade.

9.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.



- 9.6.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 9.7.** Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 9.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.9.** O reajuste será realizado por apostilamento.
- 9.10.** Os índices para reajustamento contratual respeitarão a anualidade, serão considerados os índices que foram divulgados neste interregno de tempo.

10 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

10.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

10.1.2 A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.

10.1.3 Por se tratar de fornecimento de produto (hardware), sugere-se o modo de disputa ABERTO.

10.2 DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E DA MARGEM DE PREFERÊNCIA

10.2.1 Em conformidade com o disposto no art. 4º da Lei 14.133/2021, será aplicado o direito de preferência de que trata os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06.

10.2.2 Não será aplicada a margem de preferência de que trata o art. 26 da Lei 14.133/2021, tendo em vista que a contratação trata de aquisição de SSDs, que não se enquadra nas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput do art. 26, além de os referidos incisos carecerem de regulamentação.



10.3 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 10.3.1** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente.
- 10.3.2** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.3.3** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.3.4** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.3.5** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 10.3.6** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.3.7** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 10.3.8** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das



Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.3.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.3.10 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.3.11 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.3.12 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.13 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.3.14 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3.15 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.3.16 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.17 Está vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio para



participação do certame da presente contratação.

10.3.17.1 Tal medida se dá em razão da natureza do objeto se tratar de licenças de softwares. Ademais, a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) identificou em Estudos Técnicos Preliminares (ETP) que há no mercado múltiplos fornecedores capazes de atender a integralidade do objeto da contratação, desse modo, resta claro que a vedação da participação de consórcios não comprometerá a competitividade da licitação.

Qualificação Econômico-Financeira

10.3.18 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.3.19 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

10.3.20 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

10.3.21 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.3.22 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

10.3.23 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.3.24 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.3.25 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido de 5% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

10.3.26 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de



abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.3.27 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

10.3.28 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

10.4. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.4.1 Apresentar Outorga da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para serviços de transmissão de dados (SCM), de acordo com as regras estabelecidas na Resolução ANATEL nº 614/2013, ou outra que venha a substituí-la, devendo apresentar documentação válida e vigente.

10.4.2 A licitante deverá comprovar que possui Sistema Autônomo (Autonomous System – AS) próprio e registrado, com conectividade à Internet por meio de múltiplos *upstreams*.

10.5 Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação anterior de serviços de conectividade à Internet, compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto desta contratação.

10.5.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar experiência na prestação de serviço de link de Internet com serviço anti-ddos, com garantia de níveis mínimos de serviço (SLA), incluindo, quando aplicável, requisitos de disponibilidade, suporte técnico e atendimento a incidentes.

10.5.2. Será admitida a apresentação de mais de um atestado para fins de comprovação da capacidade técnica, desde que, em conjunto, atendam às exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

10.5.3. Não será exigido quantitativo mínimo exato ou prazos excessivos, observando-se o princípio da proporcionalidade e da competitividade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



10.5.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.5.5 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.5.6 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente

Documentação complementar para cooperativas

10.6 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.6.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.6.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.6.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.6.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.6.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.6.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o



contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10.6.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.7 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

10.7.1 O valor máximo aceitável para os itens é o previsto no Edital.

10.8 DA PROPOSTA COMERCIAL PARA LICITAÇÃO

10.8.1 A licitante deverá enviar proposta comercial no modelo disponível no Edital.

11 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação será levantado pela área de planejamento e compras.

12 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 Informações Orçamentárias:

ELEMENTO DE DESPESA
6.2.2.1.1.33.90.39.30 - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - TELEFONIA E INTERNET

13 DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas EXCETO o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

Cronograma Físico Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
--------	----------------	-------



Evento	Prazo estimado	Valor
Reunião inicial (conforme previsto nos requisitos temporais deste Termo de Referência).	Até 5 (cinco) dias úteis após a data de assinatura do contrato.	—
Implantação dos links na Sede	Até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, conforme requisitos temporais deste Termo de Referência.	—
Após a implantação, mensalmente	Decorrido o mês de referência dos serviços prestados.	Valor unitário por item previsto no Contrato.

GICELIA
OLIVEIRA
FONSECA
BARBOSA:024
20428722

Assinado de forma
digital por GICELIA
OLIVEIRA FONSECA
BARBOSA:0242042
8722
Dados: 2026.02.20
17:34:35 -03'00'

Integrante

Técnico

Gicélia Oliveira Fonseca Barbosa

Tecnologia da Informação

Superintendente de TI

Matrícula: 737

MARCIA MARIA
CLIMACO
DUTRA:847034
23715

Assinado de forma
digital por MARCIA
MARIA CLIMACO
DUTRA:84703423715
Dados: 2026.02.20
17:56:28 -03'00'

Integrante

Técnico

Márcia Maria Clímaco Dutra

Tecnologia da Informação

Analista de Suporte

Matrícula: 652

ANEXO II

Estudo Técnico Preliminar

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição? CODIPAR



Sede: Praia de Botafogo, 228, loja 119b - Botafogo, CEP 22.250-145

cremerj.org.br



 [cremerjoficial/](https://www.instagram.com/cremerjoficial/)



 [Cremerj/](#)



 c/Cremerj



 [company/cremerj](https://www.linkedin.com/company/cremerj)

 cremerj

Central de Relacionamento: (21) 3184-7050

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. DADOS DO PROCESSO

Processo Administrativo SEI nº	25.19.0000011810-7		
Objeto:	Contratação de empresa especializada para o provimento de solução de conectividade à Internet, abrangendo Link Principal e Link Redundante com serviço antiDDoS (<i>Distributed Denial of Service</i>)		
Equipe de Planejamento designada pela Portaria nº 87/2026:	Gicélia Oliveira Fonseca Barbosa	737	Presidente da Equipe
	Márcia Maria Clímaco Dutra	652	Integrante Técnico

2. ÁREA REQUISITANTE

2.1. A demanda é oriunda da área de Tecnologia da Informação.

3. NORMATIVAS QUE DISCIPLINAM A PRESENTE DEMANDA

3.1. A presente aquisição tem como fundamento legal as seguintes legislações:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 – Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 – Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- Demais legislações correlatas à aquisição que se pretende.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.6 Considerando o encerramento iminente em setembro/2026 dos contratos vigentes atuais Nº 013/2021 e 014/2021 e a impossibilidade de prorrogação além dos limites legais, torna-se necessária a instauração de novo procedimento licitatório, com antecedência adequada, para contratação de serviços equivalentes ou superiores aos atualmente fornecidos, observando-se os requisitos técnicos atualizados e as demandas crescentes dos sistemas institucionais.



4.7 Assim, a fundamentação técnica e administrativa que justifica a contratação baseia-se nos seguintes pontos:

- Serviço essencial, contínuo e estruturante, indispensável às atividades do Órgão.
- Término dos contratos vigentes em setembro/2026, impossibilitando prorrogação além do limite legal.
- Obrigatoriedade de nova licitação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
- Necessidade de garantir continuidade e disponibilidade, mitigando riscos através de link principal e redundante.
- Crescimento da demanda por serviços digitais, ampliando a necessidade por banda, estabilidade e segurança.
- Adequação às normas, boas práticas e recomendações de órgãos de controle.
- Planejamento prévio da contratação, observando o ciclo orçamentário e os prazos legais do processo licitatório.
- A instituição prevê a ampliação de projetos baseados em arquitetura de computação em nuvem (*cloud computing*), incluindo serviços de armazenamento e compartilhamento de arquivos (*fileserver* em nuvem), bem como aplicações corporativas acessadas remotamente.

Diante do exposto, resta plenamente justificada a contratação de serviços dedicados de acesso à Internet, compreendendo link principal e redundante, mediante nova licitação, garantindo a continuidade, segurança e eficiência dos serviços tecnológicos prestados pelo Órgão, em conformidade com o arcabouço legal e os princípios da Administração Pública.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER/CATM AT	UNIDADE	QUANTIDADE
01	1 (um) link de Internet PRINCIPAL de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (<i>Distributed Denial of Service</i>), com um bloco de endereçamento IP contínuo e	26506	Unidade	1



	loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.			
02	1 (um) link de Internet REDUNDANTE de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (<i>Distributed Denial of Service</i>), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.	26506	Unidade	1

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Análise comparativa das alternativas tecnológicas:

Foram avaliadas as principais alternativas de conectividade à Internet atualmente disponíveis no mercado:

5.1.1 Fibra Óptica:

Tecnologia de transmissão que utiliza sinais de luz através de fibras, proporcionando altíssima capacidade, baixa latência e elevada confiabilidade. Permite SLAs rigorosos e escalabilidade conforme aumento de demanda. As vantagens são:

- Alta capacidade de banda: permite serviços com capacidade elevada e crescimento sem perda de desempenho.
- Baixa latência e alta estabilidade: ideal para aplicações críticas, videoconferências, sistemas internos, back-up de dados, VoIP e integração com provedores de serviços públicos.
- Segurança física e lógica: sinais ópticos são difíceis de interceptar e menos suscetíveis a interferências eletromagnéticas.
- SLA rigoroso: devido à estabilidade da tecnologia e ao *backbone* robusto das operadoras, permite garantias de disponibilidade superiores a 99,5% ou 99,9%.





- Escalabilidade: a fibra é a tecnologia de meio físico que mais cresce com demanda futura de tráfego.

5.1.2 Satélite:

Transmissão via satélite geoestacionário. Alta latência e sensibilidade a condições atmosféricas tornam-na inadequada para aplicações críticas corporativas. Custo por capacidade é elevado. Segue o estudo:

Pode atingir localidades remotas sem infraestrutura terrestre, mas com limitações significativas:

- Alta latência (impacta aplicações interativas);
- Sensível a clima;
- Custo elevado por Mbps e dificuldade de escalonamento;
- SLA geralmente limitado.

5.1.3 Internet via Rádio (Wireless)

A internet via rádio utiliza ondas de rádio para transmitir o sinal de internet entre uma torre de transmissão e uma antena receptora na residência ou empresa.

Vantagens:

- Cobertura em Áreas Remotas: Pode ser uma opção viável em locais onde a infra-estrutura de cabo ou fibra não chega.
- Implantação Rápida: A instalação pode ser mais rápida em comparação com a fibra óptica, pois não exige cabeamento físico extenso.
- Custo-benefício: Em algumas regiões, pode apresentar um custo de instalação e mensalidade mais acessível.

Desvantagens:

- Instabilidade e Interferências: Embora a tecnologia de rádio tenha evoluído significativamente nos últimos anos, reduzindo de forma relevante as interferências climáticas





(chuva, vento, entre outras), ainda existe a possibilidade de impactos no desempenho do serviço. Barreiras físicas como edificações e vegetação, além de interferências de outras ondas de rádio, podem ocasionar quedas de conexão e degradação da velocidade. Dessa forma, concentrar todo o tráfego do Conselho nessa tecnologia pode não oferecer o nível de robustez e confiabilidade necessário às operações.

- **Velocidade Limitada:** Geralmente oferece velocidades de conexão inferiores à fibra óptica e pode ter limites de banda.
- **Latência Elevada:** A transmissão sem fio pode introduzir maior latência, impactando aplicações sensíveis ao tempo.
- **Segurança:** Pode ser mais vulnerável a interceptações se não houver criptografia adequada.

Comparativo Técnico Resumido:

Critério	Fibra Óptica	Rádio	Satélite
Banda	Alta	Média	Baixa/Média
Latência	Muito baixa	Média	Alta
Estabilidade	Alta	Média	Média
SLA	Alto	Limitado	Limitado
Custo/Mbps	Excelente	Médio	Alto
Escalabilidade	Excelente	Limitada	Limitada

Justificativa da Adoção da Fibra Óptica:

Considerando as características e demandas de um órgão público, que incluem a necessidade de alta disponibilidade, segurança, velocidade e baixa latência para suportar sistemas críticos, comunicação



terrestre, não atendem, de forma isolada ou principal, aos critérios mínimos de robustez, estabilidade, previsibilidade de desempenho e níveis de serviço (SLA) necessários para sustentar operações institucionais críticas.

Em especial, a Internet via Rádio apresenta risco operacional elevado, decorrente de sua suscetibilidade a interferências físicas, ambientais e eletromagnéticas, além de limitações de escalabilidade e variabilidade de desempenho, o que inviabiliza sua adoção como meio exclusivo ou predominante de tráfego institucional. Já a Internet via Satélite possui latência estruturalmente elevada, incompatível com aplicações em tempo real, sistemas transacionais e serviços digitais essenciais, além de apresentar custo elevado por unidade de capacidade.

A tecnologia de fibra óptica, por sua vez, atende de forma comprovada e consistente aos requisitos de:

- disponibilidade contínua e mensurável, com SLAs superiores e auditáveis;
- baixa latência e estabilidade, indispensáveis a sistemas corporativos, comunicações unificadas e integrações externas;
- segurança física e lógica do meio de transmissão;
- escalabilidade técnica, permitindo crescimento de demanda sem substituição tecnológica;
- aderência às exigências regulatórias e operacionais da ANATEL, incluindo suporte a AS próprio e múltiplos upstreams.

Diante disso, a adoção da fibra óptica como tecnologia para os links principal e redundante de Internet não se configura como mera opção tecnológica, mas como uma decisão técnica necessária, fundamentada em critérios de confiabilidade, mitigação de riscos, continuidade do serviço público e sustentabilidade operacional.

Qualquer alternativa distinta implicaria aumento relevante do risco operacional, redução da qualidade do serviço e potencial comprometimento das atividades institucionais, não sendo recomendável sob a ótica técnica, regulatória e de governança de TIC.

5.1.4 Quanto ao serviço DDoS:

5.1.4.1 A inclusão de serviço de mitigação de ataques DDoS justifica-se pela exposição permanente do órgão à Internet, pela criticidade dos serviços digitais prestados e pelo aumento de incidentes cibernéticos direcionados a órgãos públicos, sendo medida de segurança preventiva alinhada às boas práticas de segurança da informação.

5.1.4.2 A contratação de serviço de mitigação de ataques de negação de serviço distribuída (Anti-DDoS) mostra-se necessária, ainda que a infraestrutura conte com firewall institucional, tendo em vista que tais soluções possuem escopos distintos e complementares.

5.1.4.3 Enquanto o firewall atua no controle e inspeção do tráfego na borda da rede, o serviço Anti-DDoS opera a montante, na infraestrutura da operadora, prevenindo a saturação do link e garantindo a disponibilidade dos serviços institucionais frente a ataques volumétricos.

5.2 Análise quanto à modalidade de Contratação:

Em levantamento de mercado realizado, houve a prospecção das seguintes alternativas para o atendimento da demanda, conforme IN 58/2022 SEGES, art. 9º, inciso III, alínea “a”:

Alternativa 1: Adesão à Ata de Registro de Preços	Nome	<p>1 (um) link de Internet PRINCIPAL de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (<i>Distributed Denial of Service</i>), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.</p> <p>1 (um) link de Internet REDUNDANTE de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (<i>Distributed Denial of Service</i>), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.</p>			
	Descrição	A descrição da solução a ser adquirida encontra-se especificada no subitem 6.1 deste ETP.			
Existe contratação igual ou similar realizada por outros órgãos e entidades?			Sim	x	Não
<p>Não foram encontradas atas contemplando o serviço, com isso não há possibilidade da adesão, conforme art. 86 da Lei 14.133. Sendo assim, o processo de adesão não seria possível.</p>					



Alternativa 2: Aquisição por meio de dispensa de licitação	Nome:	1 (um) link de Internet PRINCIPAL de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (<i>Distributed Denial of Service</i>), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts. 1 (um) link de Internet REDUNDANTE de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (<i>Distributed Denial of Service</i>), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.			
	Descrição:	A descrição da solução a ser adquirida encontra-se especificada no subitem 6.1 deste ETP.			
Existe contratação igual ou similar realizada por outros órgãos e entidades?			Sim	x	Não
Não é recomendado a realização por dispensa de licitação por se tratar de serviço continuado. Além de possuir características de bem/serviço comum para sua realização no formato eletrônico através do Pregão.					

Alternativa 3: Realização de Pregão Eletrônico	Nome:	1 (um) link de Internet PRINCIPAL de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (<i>Distributed Denial of Service</i>), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts. 1 (um) link de Internet REDUNDANTE de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (<i>Distributed Denial of Service</i>), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.			
	Descrição:	A descrição da solução a ser adquirida encontra-se especificada no subitem 6.1 deste ETP.			
Existe contratação igual ou similar realizada por outros órgãos e entidades?		x	Sim		Não
A realização de Pregão Eletrônico visando à contratação dos serviços em tela é a forma mais segura, pois de acordo com a legislação vigente, quando o material ou serviço tem característica de bem/serviço comum deve ser realizado pregão no formato eletrônico. Pelo levantamento realizado, constatou-se que a realização do Pregão eletrônico é a forma mais segura a atender a administração pública garantindo a ampla concorrência; a busca do					





preço mais vantajoso; a possibilidade de renovação caso haja formalização contratual.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1 A solução a ser contratada consiste no provimento de dois links dedicados de acesso à Internet, compostos por um link principal e um link redundante, ambos com capacidade de 500 Mbps e entregues por meio de infraestrutura física exclusiva, garantindo alta disponibilidade, desempenho consistente e estabilidade operacional para todos os sistemas institucionais do órgão.

6.2 A contratação contempla o fornecimento de bloco de endereçamento IP público fixo e roteável, com no mínimo 32 hosts, essencial para a operação de serviços que demandam acesso externo seguro e contínuo, tais como: integração entre sistemas, comunicação entre ambientes distribuídos, conexões VPN, servidores internos, soluções de trabalho remoto, serviços em nuvem e aplicações corporativas que dependem de identificação estável de rede.

6.3 A solução deverá assegurar redundância completa, permitindo que, na hipótese de falha do link principal, o tráfego seja redirecionado para o link redundante, garantindo a manutenção da conectividade sem interrupções perceptíveis aos usuários e sem impacto nas atividades finalísticas, administrativas ou de atendimento ao médico/cidadão.

6.4 A infraestrutura contratada deve contemplar, de forma integrada, os seguintes elementos mínimos:

- Capacidade dedicada e simétrica, assegurando que a banda contratada esteja disponível integralmente, sem compartilhamento com terceiros;
- Meios físicos distintos, sempre que tecnicamente possível, para aumento da resiliência contra falhas externas;
- Equipamentos necessários à ativação dos serviços, fornecidos, configurados e mantidos pela contratada;
- Monitoramento proativo, com identificação e tratamento de incidentes;





01	1 link de Internet PRINCIPAL de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.	26506	Unidade	1
02	1 link de Internet REDUNDANTE de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.	26506	Unidade	1

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 Para obter a estimativa do valor da contratação, será realizada a pesquisa de preços nos termos da IN Seges/ME nº 65/2021 pela área de planejamento e compras.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. O objeto da contratação será constituído por 2 (dois) itens, correspondentes ao link de Internet principal e ao link de Internet redundante, sendo adotado, para fins de julgamento das propostas, o critério de menor preço por item, em observância ao princípio da vantajosidade para a Administração.

9.2. A análise técnica realizada indica que a estruturação do objeto em dois itens não configura parcelamento indevido, uma vez que se trata de serviços distintos, porém complementares, com finalidades específicas e claramente definidas, destinados à composição de uma solução de conectividade com alta disponibilidade.

9.3. A contratação em itens distintos mostra-se tecnicamente necessária e operacionalmente justificada, tendo em vista que:





9.3.1. a redundância efetiva de conectividade exige independência lógica, física e operacional, o que inclui, como boa prática de engenharia de redes, a contratação junto a fornecedores distintos;

9.3.2. a eventual contratação dos dois links junto a um único fornecedor pode implicar compartilhamento de infraestrutura, rotas ou *backbone*, comprometendo a redundância pretendida;

9.3.3. a segregação dos itens mitiga riscos sistêmicos, aumenta a resiliência da solução e assegura maior continuidade do serviço público;

9.3.4. a definição clara dos itens facilita o controle, a fiscalização e a gestão contratual, com responsabilidades técnicas bem delimitadas por serviço contratado.

9.4. Ressalta-se que a contratação em itens distintos, neste caso, não tem como objetivo ampliar artificialmente a competitividade, mas sim atender a requisitos técnicos essenciais de disponibilidade, segurança e continuidade, não sendo recomendável a contratação conjunta dos dois links junto a um único fornecedor.

9.5. Dessa forma, a estruturação do objeto em dois itens independentes, com contratação de fornecedores distintos, encontra respaldo técnico, operacional e econômico, atendendo aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público, mitigação de riscos e vantajosidade, nos termos da legislação vigente aplicável às contratações públicas.

9.6 A definição de vigência contratual de até 60 (sessenta) meses fundamenta-se na natureza contínua do serviço, na necessidade de estabilidade operacional e na economia de escala obtida em contratos de maior duração, que reduzem custos de mobilização, implantação e renegociação periódica. A contratação por prazo estendido demonstra-se mais vantajosa à Administração quando





comparada a sucessivas contratações anuais, além de assegurar previsibilidade orçamentária e estabilidade da infraestrutura crítica de conectividade.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. A contratação em tela visa à continuidade do serviço prestado atualmente através do Contrato 013/2021 e 014/2021 com previsão de encerramento em 12/09/2026 e 15/09/2026, respectivamente.

11. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

11.1. A presente demanda se encontra em conformidade com o gerenciamento da área responsável solicitante, tendo seus custos projetados no Relatório Orçamentário Anual, referente ao Planejamento Estratégico do Conselho e prevista no Plano de Contratações Anual – PCA vigente.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Espera-se com a contratação em tela, o pleno atendimento das necessidades apontadas no item 4 (quatro) deste estudo, assim como, a manutenção do serviço que é acessório ao cumprimento da missão institucional do Conselho.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Não há providências necessárias, pois a empresa contratada não demanda adequação de estruturas físicas externas para atuar.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

14.1. A contratação do objeto deste estudo obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que couber.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E



CONTEÚDO DO DOCUMENTO

15.1. Asseguramos, ainda, que a aquisição em questão, nos moldes estipulados, é adequada para atender as necessidades descritas neste documento.

16. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE

16.1. A Equipe de Planejamento declara viável a aquisição com base neste Estudo Técnico.

17. DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

17.1. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, entendemos que as informações contidas neste Estudo Preliminar deverão estar disponíveis para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2025.

<hr/> <p>Integrante Técnico</p> <p>Gicélia Oliveira Fonseca Barbosa</p> <p>Superintendente de TI</p> <p>Matrícula: 737</p>	<hr/> <p>Integrante Técnico</p> <p>Márcia Maria Clímaco Dutra</p> <p>Analista de Suporte</p> <p>Matrícula: 652</p>
---	---



ANEXO I – MAPA DE RISCOS

Contratação de empresa especializada para o provimento de solução de conectividade à Internet, abrangendo Link Principal e Link Redundante com serviço antiDDoS (*Distributed Denial of Service*)

FASE DE ANÁLISE PRELIMINAR

RISCO 1 – Ausência de designação do gestor da solução.			
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
Ausência de designação de gestor da solução levando à manutenção de uma solução (e seu(s) contrato(s)) que não atenda mais a uma necessidade do órgão, seja porque a solução não consiga mais atender a essa necessidade, seja porque essa necessidade deixou de existir, com consequente desperdício de recursos.			
Ação Preventiva		Responsável	
1. A Diretoria deve publicar normativo definindo o papel dos gestores para cada solução do órgão, que normalmente é o requisitante da solução, e quais são as obrigações deste com relação à solução.		Diretoria	
Ação de Contingência		Responsável	
1. Assessoria Jurídica não aprova processo que não contenha declaração expressa do requisitante de que a manutenção da solução é conveniente e oportuna para atender a uma necessidade de negócio.		Assessoria Jurídica	

RISCO 2 – Contratações desalinhadas com os planos.			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
Execução de contratações desalinhadas dos objetivos estabelecidos nos planos do Conselho, levando a deixar de investir em iniciativas que contribuam para o alcance desses.			
Ação Preventiva		Responsável	





1. Diretoria deve aprovar o resultado do planejamento conjunto das contratações e do orçamento da organização, verificando o alinhamento das contratações previstas com os objetivos que constam dos planos, em especial as contratações de maior importância ou materialidade.	Diretoria
Ação de Contingência	Responsável
1. Diretoria, com auxílio do Controle Interno, ao aprovar os artefatos das principais contratações, verifica se foi estabelecido o alinhamento entre cada uma dessas contratações e os objetivos dos planos do Conselho.	Diretoria e Controle Interno

RISCO 3 – Requisitos desnecessários.			
Probabilidade:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Dano			
Definição de requisitos da contratação indevidos, levando a limitação indevida da competição, com consequente elevação do preço contratado ou dependência (indevida) de um único fornecedor (no caso de inexigibilidade). Contratação sem realização de estudos técnicos preliminares, levando à contratação que não produz resultados capazes de atender à necessidade da administração, com consequente desperdício de recursos.			
Ação Preventiva	Responsável		
1. Equipe de planejamento da contratação elabora quadro identificando as soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc.) que atendem aos requisitos especificados e, caso a quantidade de fornecedores seja considerada restrita, verifica se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização destes requisitos.	Equipe de Planejamento da Contratação		
Ação de Contingência	Responsável		
1. Assessoria Jurídica não aprova o processo.	Assessoria Jurídica		

RISCO 4 – Estimativas inadequadas de quantidades.			
Probabilidade:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Dano			



Estimativa de quantidades maior/menor que as necessidades da organização, levando à sobra/falta de produtos ou serviços, com consequente desperdício desses itens e de recursos financeiros.

Estimativa de quantidades menor que as necessidades da organização, levando à falta de produtos ou serviços para atender à necessidade da contratação com consequente:

- a) celebração de aditivos contratuais que poderiam ter sido evitados (esses aditivos podem fazer com que o órgão sofra o efeito do “jogo de planilha”, se os preços tiverem sido manipulados pela contratada);
- b) novas contratações (por licitação ou não, se o erro de estimativa tiver sido grande, com todo o esforço administrativo decorrente);
- c) potencial quebra da padronização dos produtos contratados;
- d) perda do efeito de escala, no caso de celebração de aditivos ou de realização de novas contratações, o que leva a custo final maior do que no caso de se efetuar uma única contratação com a soma das quantidades contratadas separadamente; ou
- e) utilização de orçamento superior ao previsto, o que pode levar ao cancelamento da contratação de outros itens previstos no planejamento conjunto das contratações (3).

Ação Preventiva	Responsável
<p>1. Equipe de planejamento da contratação defini método para estimar quantidades necessárias (deve buscar métodos e técnicas para estimar as quantidades dos itens da solução em outros órgãos/entidades) e documentar a aplicação do método no processo de contratação.</p> <p>2. A equipe de planejamento da contratação deve fazer levantamento exaustivo da necessidade, para diminuir o risco de celebração de aditivos ou novas contratações.</p>	Equipe de Planejamento da Contratação

<p>3. O Fiscal do contrato de uma determinada solução deve armazenar dados da execução contratual, de modo que a equipe de planejamento da contratação que elaborar os artefatos da próxima contratação da mesma solução ou de solução similar conte com informações de contratos anteriores, o que pode facilitar a definição das quantidades e dos requisitos da nova contratação.</p>	
<p>Ação de Contingência</p>	<p>Responsável</p>
<p>1. Assessoria Jurídica não aprova processo de contratação que não contenha, nos autos, a memória de cálculo das quantidades dos itens que serão contratados.</p>	<p>Assessoria Jurídica</p>

RISCO 5 – Estimativas inadequadas de preços.			
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Dano			



Coleta insuficiente de preços ou falta de método para realizar a estimativa, levando a estimativas inadequadas, com consequente utilização de parâmetro inadequado para análise da viabilidade da contratação e dificuldade de justificar as estimativas quando questionados por partes interessadas.

Ação Preventiva	Responsável
1. O Conselho deve publicar normas fixando procedimento consistente para elaboração de estimativas de preço.	Diretoria
Ação de Contingência	Responsável
1. A equipe de planejamento da contratação deve elaborar memória de cálculo das estimativas de preço, considerando uma cesta de preços, conforme IN 65/2021.	Orçamento

RISCO 6 – Falta de abrangência da análise de viabilidade contratação.

Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano			
Falta de abrangência da análise de viabilidade da contratação, não considerando todos os aspectos necessários, com consequente não contratação ou contratação de fornecedor que não é capaz de entregar a solução contratada ou a solução que não produz resultados capazes de atender às necessidades que originaram a contratação.			
Ação Preventiva	Responsável		
1. Equipe de planejamento elabora lista de verificação (checklist) para servir como base das justificativas expostas na conclusão da análise de viabilidade da contratação.	Cada Setor Demandante		
Ação de Contingência	Responsável		
1. Assessoria Jurídica não aprova processo de contratação que não contenha, nos autos, a declaração de viabilidade da equipe de planejamento.	Assessoria Jurídica		

RISCO 7 – Ausência de padronização dos editais.

Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Dano			
Licitações com editais não padronizados, elaborados ad hoc, levando a multiplicidade de esforços para realizar licitações de objetos correlatos, com consequente esforço desnecessário para elaborar editais e repetição de erros.			
Ação Preventiva	Responsável		





1. Utilizar minutas padronizadas da AGU.	Licitações, Compras e Contratos
Ação de Contingência	Responsável
1. Assessoria Jurídica ratifica a necessidade de utilização dos modelos da AGU.	Assessoria Jurídica

RISCO 8 – Falta de recursos financeiros para cumprimento das obrigações.			
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
A falta de empenho realizado para a aquisição do objeto poderá inviabilizar o pagamento.			
Ação Preventiva	Responsável		
1. Empenhar recursos suficientes para as obrigações financeiras.	Gerente da Contabilidade com o aval do Diretor Tesoureiro		
Ação de Contingência	Responsável		
1. Providenciar complementação/subscrição de recursos.	Gerente da Contabilidade com o aval do Diretor Tesoureiro		

RISCO 9 – Selecionar fornecedor inadequado.			
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
Adjudicar e homologar o objeto à empresa com incapacidade técnica para fornecimento do objeto conforme estabelecido no Termo de Referência.			
Ação Preventiva	Responsável		
1. Especificar no Termo de Referência as exigências para que a empresa tenha condições de realizar o fornecimento do objeto com o nível de conformidade necessário.	Setor Demandante		
Ação de Contingência	Responsável		
1. Verificar durante o processo se a empresa encaminhou toda documentação solicitada. 2. Desclassificar empresas que não atendam os quesitos solicitados no TR, garantindo-lhes o direito de defesa.	Equipe de Apoio e Pregoeiro		





RISCO 10 – Demanda equivocada. Não verificar a real necessidade.			
Probabilidade:	<input type="radio"/> Baixa	<input checked="" type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Impacto:	<input type="radio"/> Baixa	<input checked="" type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Dano			
1. Falta de planejamento das áreas requisitantes. 2. Erro na solicitação da demanda.			
Ação Preventiva		Responsável	
1. Elaboração de formulários detalhados para as áreas requisitantes preencherem.		Licitações, Compras e Contratos	
Ação de Contingência		Responsável	
1. Participação das áreas requisitantes em reuniões para definir o objeto, assim como todos os detalhamentos.		Licitações, Compras e Contratos e Demandantes	

RISCO 12 – Elaboração de Termo de Referência inadequado.			
Probabilidade:	<input type="radio"/> Baixa	<input checked="" type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Impacto:	<input type="radio"/> Baixa	<input type="radio"/> Média	<input checked="" type="radio"/> Alta
Dano			
1. Falta de capacitação dos servidores. 2. Sobrecarga de trabalho. 3. Desconhecimento técnico do requisitante.			

RISCO 11 – Atraso na emissão do parecer jurídico, caso necessário			
Probabilidade:	<input type="radio"/> Baixa	<input checked="" type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Impacto:	<input type="radio"/> Baixa	<input type="radio"/> Média	<input checked="" type="radio"/> Alta
Dano			
1. Geração de atraso para a efetivação da aquisição, causando possível dano ao erário.			
Ação Preventiva		Responsável	
1. Iniciar a confecção do Termo de Referência com antecedência.		Demandantes	
Ação de Contingência		Responsável	
1. Definir uma data limite para a finalização do processo de análise da assessoria jurídica.		Área Jurídica	





Ação Preventiva	Responsável
1. Capacitação dos servidores. 2. Remanejamento do quadro de pessoal.	Sector de Recursos Humanos
Ação de Contingência	Responsável
1. Solicitar a revisão da Assessoria Jurídica.	Área Jurídica

RISCO 13 – Não atendimento de banda mínima contratada			
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Dano			
Largura de banda inferior à contratada (principal e redundante), causando lentidão na navegação, atrasos em <i>downloads/uploads</i> e comprometimento de atividades remotas ou em nuvem do órgão.			
Ação Preventiva		Responsável	
Monitorar mensalmente a banda via ferramentas de medição (ex.: Speedtest certificado) e exige ajustes automáticos pelo fornecedor.		Setor Demandante	
Ação de Contingência		Responsável	
Assessoria Técnica aplica multas contratuais e aciona fornecedor para ajuste imediato de banda		Equipe técnica	

RISCO 14 – Ausência de conformidade com regulamentações de dados			
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
Falha na solução em atender normas como LGPD ou regulamentações ANATEL, expondo o órgão a multas regulatórias, sanções judiciais e vazamento de dados de usuários durante o tráfego de Internet.			
Ação Preventiva		Responsável	

Exigir certificações de conformidade no edital	Setor Demandante
Ação de Contingência	Responsável
Suspende o uso da solução que não está em conformidade, migra o tráfego para provedor de contingência e inicia processo de notificação e penalidades cabíveis	Setor Demandante/Contratos/Controle Interno/ Jurídico

MATRIZ DE RISCOS

Alta		3	
Média		10	2 4 11 12 13 14
Baixa		5 7	1 6 8 9
	Baixa	Média	Alta

GICELIA
OLIVEIRA
FONSECA
BARBOSA:02
420428722

Assinado de forma digital por GICELIA OLIVEIRA FONSECA BARBOSA:02420428722
Dados: 2026.02.20 17:38:58 -03'00'

Integrante

Técnico

Gicélia Oliveira Fonseca Barbosa

Tecnologia da Informação

Superintendente de TI

Matrícula: 737

MARCIA
MARIA
CLIMACO
DUTRA:8470
3423715

Assinado de forma digital por MARCIA MARIA CLIMACO DUTRA:84703423715
Dados: 2026.02.20 17:53:56 -03'00'

Integrante

Técnico

Márcia Maria Clímaco Dutra

Tecnologia da Informação

Analista de Suporte

Matrícula: 652

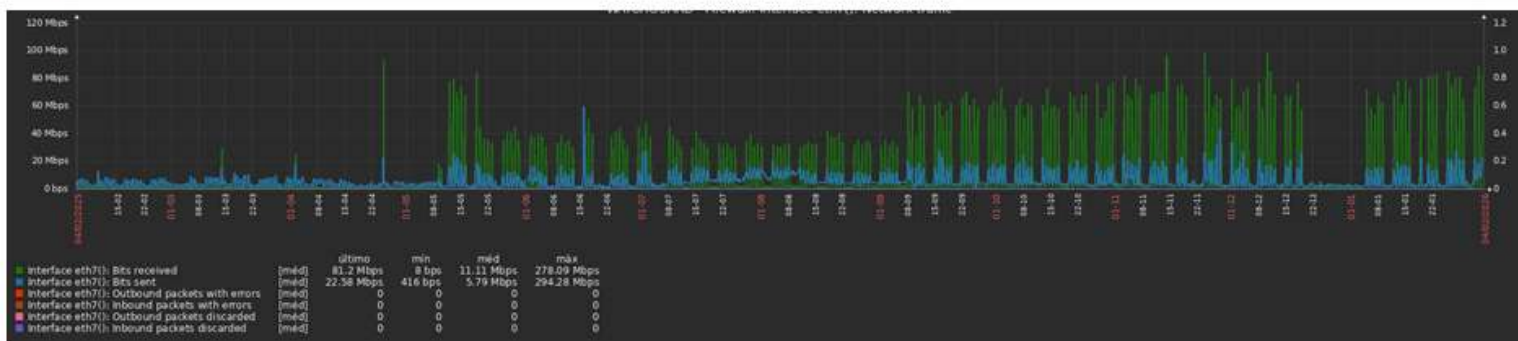
ANEXO - RELATÓRIO DE CONSUMO DE BANDA ANUAL

(Período: 04/02/2025 a 04/02/2026)

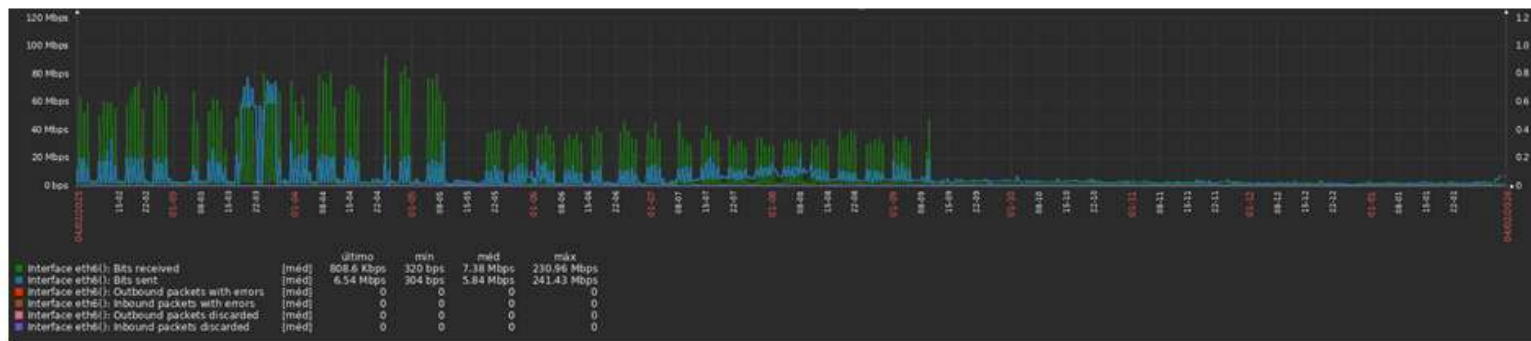




Link 1:



Link 2:



Sede: Praia de Botafogo, 228, loja 119b - Botafogo, CEP 22.250-145

cremerj.org.br



 [cremerjoficial/](#)



 Cremerj/

 c/Cremerj

[in](#) company/cremerj



cremerj

Central de Relacionamento: (21) 3184-7050

ANEXO III

Relatório de Preços

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição? CODIPAR



Sede: Praia de Botafogo, 228, loja 119b - Botafogo, CEP 22.250-145

cremerj.org.br



 [cremerjoficial/](https://www.instagram.com/cremerjoficial/)



 [Cremerj/](#)



 c/Cremerj



 [company/cremerj](https://www.linkedin.com/company/cremerj)



Central de Relacionamento: (21) 3184-7050



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

Rio de Janeiro, 17 de março de 2026

PROCESSO PCS-00017/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O PROVIMENTO DE SOLUÇÃO DE CONECTIVIDADE À INTERNET, ABRANGENDO LINK PRINCIPAL E LINK REDUNDANTE COM SERVIÇO ANTIDDS (DISTRIBUTED DENIAL OF SERVICE)

1. AGENTE RESPONSÁVEL (IN Nº 65/2021 SEGES/ME, ART. 3º, INCISO II):

Nome: Dayane Barbosa Rufino Otavio	Matrícula: 450
------------------------------------	----------------

2. SETOR REQUISITANTE:

Setor Requisitante: Tecnologia da Informação	
Responsável pela demanda: Gicélia Barbosa	Matrícula: 737
E-mail: gbarbosa@crm-rj.gov.br	Telefone: 3184-7030

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

3.1. Justificativa oriunda do Estudo Técnico Preliminar.

A presente contratação tem por objeto a aquisição de serviços de conexão dedicada à Internet, compreendendo link principal e link redundante, visando garantir a continuidade operacional das atividades desempenhadas pelo Órgão. Trata-se de infraestrutura essencial ao funcionamento dos sistemas corporativos, dos serviços digitais prestados à sociedade e do suporte às rotinas internas administrativas e finalísticas.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. As despesas decorrentes desta aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Cremerj deste exercício, na dotação que segue.

ELEMENTO DE DESPESA	SALDO EM: 17/03/2026
6.2.2.1.1.33.90.39.030 - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - TELEFONIA E INTERNET	R\$ 1.008.000,00

5. CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS: (IN Nº 65/2021 SEGES/ME, ART. 5º)

x	I - Paineis de Preços;
	II - Aquisições e contratações similares de outros entes públicos;
	III - mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
x	IV - Pesquisa direta com fornecedores.
	V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas
	artigo 7º, §1º da IN 65/2021

6. PESQUISA DE PREÇOS

6.1. Itens demandados (IN Nº 65/2021 Seges/ME, art. 3º, I)

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER/ CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE
01	1 link de Internet PRINCIPAL de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.	26506	Unidade	1
02	1 link de Internet REDUNDANTE de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.	26506	Unidade	1

6.2. Valor estimado para o atendimento da demanda e série de preços coletados (IN Nº 65/2021 Seges/ME, art. 3º, III, IV, V, VI, VII, VIII)

Os valores estimados estão anexos a este Mapa de Pesquisa de Preços.

7. OBSERVAÇÕES E OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

7.1 - Introdução

Devido à especificidade da demanda levando em consideração os critérios técnicos, foi identificado que a melhor forma para obtenção dos valores estimados era a pesquisa direta com fornecedores, conforme o inciso IV do artigo 5º da Instrução Normativa n. 65/2021.

Inicialmente foram realizadas as seguintes diligências para a obtenção do orçamento:

- No dia 04/03/2026 foram encaminhados e-mails a algumas empresas de telecomunicações solicitando orçamentos.
- Em 10/03/2026, a empresa Algar apresentou uma proposta com custo unitário de R\$ 10.230,00, totalizando um montante anual de R\$ 245.520,00. Questionada sobre a discrepância em relação ao contrato vigente — cujo valor mensal é de R\$ 928,22 —, a fornecedora ratificou a cotação, justificando tratar-se de uma atualização de valores.
- Em 11/03/2026 a empresa DataCorpore encaminhou uma proposta com valor de individual de R\$ 4.000,00.
- A empresa Vivo se manifestou em 05/03/2026 que necessitaria de um prazo de 5 (cinco) dias úteis para encaminhar a resposta. A solicitação foi reiterada por

mais duas vezes e não houve o encaminhamento da proposta.

Diante da escassez de propostas diretas, a instrução do Mapa de Preços foi viabilizada por meio de consulta ao PNCP, utilizando-se de valores de contratações similares a proposta da empresa DataCorpore.

Houve dificuldade em encontrar contratações com quantidade e objeto total idêntico à necessidade da demanda.

O Mapa evidencia que o valor orçado pela empresa está compatível com o valor aderente ao mercado, sendo, portanto possível verificar sua vantajosidade.

Destacamos que o valor orçado corresponde ao período contratual de 12 (doze) meses, e que a vigência do contrato atual é até setembro deste ano. Deste modo, o valor estimado também utilizará recursos do próximo exercício financeiro.

8. CONCLUSÃO:

8.1. Considerando as informações levantadas, verifica-se que a pesquisa de preços atende integralmente ao disposto da IN Seges/ME nº 65 de 07 de julho de 2021.

Dayane Barbosa Rufino Otavio
Setor Planejamento e Compras



Documento assinado eletronicamente por **Dayane Barbosa Rufino Otavio, Assistente Administrativa**, em 17/03/2026, às 15:32, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3910296** e o código CRC **CE55BA0E**.



Praia de Botafogo (228), loja 119b -
Bairro Botafogo |
CEP 22250-145 | Rio de Janeiro/RJ -
<https://www.cremerj.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 25.19.000011810-7 | data de inclusão: 16/03/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO

Rio de Janeiro, 01 de maio de 2026

Anexo I - Cesta de Preço

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS - CESTA DE PREÇOS

Objeto: link principal e um link redundante

Item	Descrição	Quant.	DataCorpore Telecom		PNCP - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO/SP		PNCP - MUNICÍPIO DE FRUTAL/MG		PNCP - Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (Contrato 21/2025)		COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	Média	
			Total Mensal	Total Anual	Total Mensal	Total Anual	Total Mensal	Total Anual	Total Mensal	Total Anual		Total Mensal	Total Anual
1	1 link de Internet PRINCIPAL de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.	1	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 6.360	R\$ 76.320	R\$ 7.400	R\$ 88.800	R\$ 5.215,00	R\$ 62.580,00	22,09%	R\$ 5.743,75	R\$ 68.925,00
2	1 link de Internet REDUNDANTE de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts	1	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 6.360	R\$ 76.320	R\$ 7.400	R\$ 88.800	R\$ 5.215,00	R\$ 62.580,00	22,09%	R\$ 5.743,75	R\$ 68.925,00
TOTALR\$ 11.487,50R\$ 137.850,00													

1. Pesquisa de Preço

1.1 Conforme o Relatório de Pesquisa de Preços, o valor total estimado para o atendimento da demanda é:

- Mensal: R\$ 11.487,50 (onze mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos),

- Anual: R\$ 137.850,00 (cento e trinta e sete mil, oitocentos e cinquenta reais).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Santos da Fonseca Costa, Coordenador(a)**, em 04/05/2026, às 23:03, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4160885** e o código CRC **FEFEF5EA**.



Praia de Botafogo (228), loja 119b - Bairro Botafogo |
CEP 22250-145 | Rio de Janeiro/RJ - <https://www.cremerj.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 25.19.000011810-7 | data de inclusão: 01/05/2026



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO



Classificação da informação contida no documento (☒) Público (☐) Sigiloso (☐) Restrito | Qual restrição? SIARQ/CPEDOC

Sede: Praia de Botafogo, 228, loja 119b - Botafogo, CEP 22.250-145

Central de Relacionamento: (21) 3184-7050

cremerj.org.br

 [cremerjoficial/](https://www.instagram.com/cremerjoficial/)

 [Cremerj/](https://www.facebook.com/Cremerj/)

 [c/Cremerj](https://www.youtube.com/c/Cremerj)

 [company/cremerj](https://www.linkedin.com/company/cremerj)

 [cremerj](https://www.whatsapp.com/channel/cremerj)



MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO EST.DO RIO DE JANEIRO

Processo Administrativo nº 25.19.000011810-7

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**,

QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO
REGIONAL DE MEDICINA DO EST.DO RIO DE
JANEIRO, E **XXXX**.

A(O), por intermédio do(a) CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO EST.DO RIO DE JANEIRO, com sede no(a) PRAIA DE BOTAFOGO, 228, LOJAS 104/105/106/107/108/109 E 119 A,B,C bairro BOTAFOGO, na cidade de RIO DE JANEIRO/RJ, CEP 22250040, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 31.027.527/0001-33, neste ato representado(a) por Antônio Rodrigues Braga Neto, cargo PRESIDENTE, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, _____, _____, bairro _____, na cidade de _____/_____, CEP _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____, _____, _____, tendo em vista o que consta no Processo nº 25.19.000011810-7 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº xxxxxx/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada para o provimento de solução de conectividade à Internet, abrangendo Link Principal e Link Redundante para o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro – CREMERJ, com meios físicos e rotas independentes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Classificação da informação contida no documento (☒) Público (☐) Sigiloso (☐) Restrito | Qual restrição?



Item	Especificação	Un. Medida	Quantidade	Valor Un	Valor Tot
1	1 link de Internet PRINCIPAL de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.	Serviço mensal	1	R\$ X,XX	R\$ X,XX
2	1 link de Internet REDUNDANTE de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.	Serviço mensal	1	R\$ X,XX	R\$ X,XX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 meses contados a partir de **XX/XX/XXXX**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com a informação de que o objeto tenha sido prestado regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do objeto;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor mensal estimado da contratação é R\$ xxxxxx (xxxxxxx), perfazendo o valor total da contratação de R\$ xxxxxx (xxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO é de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Assessoria Jurídica competente do Conselho para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;


9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?



- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme o disposto no item 4.16 do Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.2. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em XXXXX, Seção Judiciária de XXXXX, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

.....
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO EST.DO RIO DE JANEIRO

Representante legal do CONTRATANTE

.....
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS

1-

2-

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?





CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA



Classificação da informação contida no documento (☒) Público (☐) Sigiloso (☐) Restrito | Qual restrição? SIARQ/CPEDOC

Sede: Praia de Botafogo, 228, loja 119b - Botafogo, CEP 22.250-145

Central de Relacionamento: (21) 3184-7050

cremerj.org.br



[cremerjoficial/](https://www.instagram.com/cremerjoficial/)



[Cremerj/](https://www.facebook.com/Cremerj/)



[c/Cremerj](https://www.youtube.com/c/Cremerj)



[company/cremerj](https://www.linkedin.com/company/cremerj)



[cremerj](https://www.whatsapp.com/channel/cremerj)



ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	1 link de Internet PRINCIPAL de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.	Unidade	1	XXXXXX	XXXXXX
02	1 link de Internet REDUNDANTE de 500 Mbps. Fornecimento de Link de acesso dedicado a Internet de 500 Mbps, com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service), com um bloco de endereçamento IP contínuo e loteável na Internet de, pelo menos, 32 (trinta e dois) hosts.	Unidade	1	XXXXXX	XXXXXX
TOTAL:					

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?

CODIPAR



Razão Social e CNPJ:	
Pessoa para Contato e Telefone:	
E-mail:	
Endereço:	

O valor total desta proposta é de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXX), sendo R\$ XXXX (XXXXXXX) o valor mensal.

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX declara que no valor constante desta proposta estão incluídas todas as despesas relativas à prestação dos serviços, tais como: impostos, tributos, remessas mensais e emergenciais, encargos sociais e quaisquer outras despesas ou encargos necessários à perfeita execução do objeto da licitação, sem qualquer custo adicional, bem como quaisquer parcelas de outras naturezas, diretas ou indiretas, pertinentes à formação do preço dos serviços, não nos cabendo o direito de pleitear qualquer majoração do preço, sob a alegação de desequilíbrio econômico-financeiro, exceto o direito legal de reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses admitidas pela Lei nº 14.133/2021, e em face das variações quantitativas/qualitativas ocorridas na execução dos serviços, bem como de eventual perda de decisão judicial pela qual esta empresa tenha se isentado de pagamento de qualquer tributo ou encargo trabalhista.

Declaro que entregarei o objeto licitado nos prazos máximos estipulados no Termo de Referência. Recebemos todos os elementos e informações para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e aceitamos expressamente as condições dispostas no ato convocatório.

A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados a partir do dia subsequente ao da efetiva abertura das propostas. Os preços propostos estão incluídos todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento integral do objeto da licitação.

Local e data

Carimbo da empresa/Assinatura do representante legal.

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?

CODIPAR



Sede: Praia de Botafogo, 228, loja 119b - Botafogo, CEP 22.250-145

Central de Relacionamento: (21) 3184-7050

cremerj.org.br

 [cremerjoficial/](#)

 Cremerj/

 c/Cremerj

 [company/cremerj](https://www.linkedin.com/company/cremerj)

cremerj



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ANEXO VI

**JUSTIFICATIVA PARA
REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO
COM PARTICIPAÇÃO AMPLA**

ANEXO VI – JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO AMPLA

Declaro o não cumprimento ao preceituado nos arts. 47 e 48, da Lei Complementar no 123/06 e nos art. 6o ao 8o, do Decreto no 8.538/15, em relação à contratação de empresa especializada para o provimento de solução de conectividade à Internet, abrangendo Link Principal e Link Redundante com serviço antiDDoS (Distributed Denial of Service).

O artigo 48, em seus incisos I e III da LC 123/06 preceitua:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

No mesmo sentido, o Decreto no 8.538/15 estabelece:

Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 8º Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

O artigo 49 da LC 123/06, entretanto, indica a possibilidade de afastamento desse preceito legal:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

E também, complementarmente, pelo Decreto no 8.538/15, da seguinte forma:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6o ao art. 8o quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

$$\begin{bmatrix} \vdots \\ \vdots \\ \vdots \end{bmatrix}$$

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

Sendo assim, com base no Inc. III do art. 49 da Lei Complementar no 123/06 e no Inc. II do art. 10o do Decreto no 8.538/15 justificamos a não aplicação dos arts. 47 e/ou 48 da LC no 123/06 e dos arts. 6º ao 8º do Decreto no 8.538/15, pois trata-se de serviço de natureza altamente técnica e especializada, que demanda:

- Arquitetura de conectividade robusta;
- Conjunto de serviços a ser contratado visa atender integralmente às diretrizes de confiabilidade, integridade, disponibilidade e segurança da informação;
- Roteamento, trânsito IP e mitigação de ataques DDoS.
- Atendimento a níveis de serviço (SLA) rigorosos e suporte técnico especializado.

Nesse contexto, verifica-se que o mercado apto a atender integralmente às exigências técnicas do objeto é composto, por empresas de médio e grande porte, notadamente operadoras de telecomunicações devidamente autorizadas pela Agência Nacional de Telecomunicações

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?

(ANATEL), as quais detêm capacidade técnica, infraestrutura e escala operacional compatíveis com a complexidade do serviço demandado.

Ademais, a restrição da participação exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte poderá comprometer a competitividade do certame, bem como resultar em risco à execução contratual, considerando a possibilidade de limitação do universo de fornecedores aptos a cumprir integralmente os requisitos técnicos estabelecidos.

Deste modo, opta-se pela abertura do presente certame licitatório ao mercado em geral, ampliando assim a competitividade e propiciando a efetividade do procedimento. Caso fosse concedida a exclusividade, sem os parâmetros adequados que garantam a existência de fornecedores capazes de atender à demanda, esta autarquia estaria incorrendo no risco de executar uma licitação deserta ou fracassada.

Classificação da informação contida no documento (x) Público () Sigiloso () Restrito | Qual restrição?